

Lula rejeita 'acordo'

lesivo ao país: "Não

aceitamos ameaças"

Reprodução ABI



Pai de Assange denuncia na ABI perseguição dos EUA ao seu filho

Na noite da sexta-feira (25), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) recebeu em sua sede, no Rio de Janeiro, John Shipton, pai de Julian Assange, para um ato-entrevista. Há quatro anos, o jornalista e fundador do Wikileaks foi preso em Londres e desde então vive sob a ameaça de extradição para os Estados Unidos, onde pode ser condenado a até 175 anos por denunciar ao mundo as atrocidades cometidas pelo exército estadunidense no Afeganistão, Iraque e em Guantánamo. O evento foi organizado pela ABI em parceria com o Comitê de Solidariedade a Cuba no RJ. **Página 4**



"Eles querem tudo e não abrem mão de nada", resumiu o presidente

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reagiu à nova investida da União Europeia sobre o Mercosul, cujo acordo está para ser ratificado desde 2019 e se tornou inviável para o Brasil e os países da região em razão das exigências europeias, especialmente dos franceses. "Respondemos à carta deles (União Europeia e franceses) colocando aquilo que deve ser parte do acordo e dizendo que não aceitamos que uma carta entre amigos tenha ameaça", afirmou o presidente sobre as novas exigências draconianas para o acordo com o Mercosul. **Pág. 3**

Especialista desmente existência de corais na 'Margem Equatorial'

Forden-Shutterstock



Grande conhecedor da Amazônia, o professor titular do Departamento de Geologia Marinha na Universidade Federal Fluminense (UFF), Alberto Garcia de Figueiredo Junior, vem desmascarando, desde 2018, a narrativa criada pelo Greenpeace e outras ONGs internacionais, que vem sendo difundida por setores da mídia, de que há corais na região da Margem Equatorial onde a Petrobrás pretende pesquisar petróleo, a mais de 2.000 m de profundidade. **Página 2**

Kursk: Rússia comemora os 80 anos da decisiva vitória que abriu caminho a Berlim

A Rússia comemorou no dia 23 os 80 anos da decisiva vitória na batalha de Kursk, a maior batalha de tanques da história, cujo significado, nas palavras do presidente Putin, "não pode ser subestimado: ela destruiu, incinerou o poder de ataque dos nazistas, completou o ponto de virada de toda a Segunda Guerra Mundial". **Pág. 7**

"É inadmissível a extinção do parcelamento sem juros", diz manifesto

"É inadmissível que o Parcelamento Sem Juros – grande aliado dos consumidores, varejistas e empreendedores – seja extinto, taxado ou alterado", afirmam entidades do comércio, do setor de serviços e de defesa dos consumidores, que lançaram na terça-feira (23) o "Manifesto pelo direito de continuar fazendo compras parceladas sem juros". **Pág. 2**

Moraes proíbe a comunicação de Cid com Michelle e com Bolsonaro

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Alexandre de Moraes, proibiu que o tenente-coronel Mauro Cid, o "ex-faz-tudo" do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), mantenha contato com o ex-chefe do Executivo e também com a ex-primeira-dama, Michelle Bolsonaro, além de outros investigados. **Página 3**

Monumento em Prokhorovka, homenagem aos soviéticos que lutaram contra os nazistas na batalha de Kursk

CPI apura como Wassef dá 300 mil por Rolex se deve até IPTU

A história é tão mal contada que quanto mais se mexe, mais fede. Dessa vez, os integrantes da CPI Mista do Golpe, no Congresso Nacional, querem ouvir o advogado de Bolsonaro,

Frederick Wassef, sobre a recompra do relógio Rolex avaliado em mais de R\$ 300 mil, mesmo ele estando endividado. De acordo com os parlamentares do colegiado, a movimentação financeira

de Wassef pode ajudar a esclarecer o que chamam de "projeto de golpe de Estado", que envolveria o esquema das joias sob investigação. A senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS) afirmou que a

CPI já pretendia chamar Wassef por causa do envolvimento dele no esquema suspeito de desvio e venda ilegal de presentes recebidos por Jair Bolsonaro enquanto ocupava a Presidência. **Página 3**

AGU dá parecer técnico favorável para pesquisa na Margem Equatorial

A Advocacia-Geral da União (AGU) publicou parecer técnico favorável à pesquisa de petróleo pela Petrobrás na Margem Equatorial. De acordo com o parecer, a Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) não é indispensável e tampouco pode obstar a realização de licenciamento ambiental. **Página 2**

Especialista desmente que há corais na “Margem Equatorial”



Homenagear Getúlio hoje é recolocar de pé a CLT e completar a independência do país

Há 69 anos, com sua vida, ele levantava o povo e derrotava o golpe urdido na Casa Branca e conduzido por seus lacaios dentro do país. Agora que enterramos mais uma tentativa golpista, a hora é de reverenciar Getúlio e avançar na luta

Neste momento em que a Justiça brasileira processa, condena e prende elementos fascistas que, insuflados por Bolsonaro, tentaram dar um golpe de Estado no Brasil, nós lembramos nesta data – 24 de agosto – de um outro momento histórico de grande envergadura. O dia – há 69 anos – em que Getúlio Vargas, líder da revolução de libertação nacional, deu sua vida e, com isso, levantou milhões de brasileiros para derrotar o golpe antinacional que se preparava contra o Brasil.

Os reacionários, orquestrados pela mídia colonizada, não conseguiram conviver com o crescimento econômico proporcionado pelo projeto revolucionário e modernizador de Getúlio. Não admitiam que os trabalhadores obtivessem conquistas e direitos e vissem uma vida digna. O plano dos entreguistas da década de 1950 era o mesmo pregado por Bolsonaro e sua quadrilha nos dias de hoje. Manter o Brasil como um país eminentemente agrícola, atrasado e exportador de matérias primas e de bens primários, em suma, um mero apêndice dos EUA.

É certo que o sacrifício de Getúlio naquele momento foi grande e doloroso para sua família e para o país. O líder incontestado da primeira fase da revolução nacional e democrática do Brasil foi obrigado a dar sua vida para interromper a marcha golpista que estava em andamento.

Assim que se tornou público, o episódio despertou a santa ira popular contra os lacaios do imperialismo. O heroísmo do presidente só haveria de confirmar o que já se sabia sobejamente: Getúlio tinha um profundo compromisso com a Pátria e com o povo brasileiro, particularmente com os trabalhadores.

Aos que tentaram, e até hoje tentam, minimizar a importância do gesto e a sua consciência, ou afirmar que foi um ato de desespero e de descontrole, a realidade se encarregou de desmentir e esclarecer. O gesto foi um ato corajoso do presidente da República para deter o golpe que estava em andamento. Dois são os fatos que revelam a grandeza e a consciência da atitude de Getúlio.

O primeiro foi a conversa dele com seu filho, Lutero Vargas, que era médico, alguns dias antes do desfecho político da crise. Getúlio perguntou ao filho onde exatamente ficava o seu coração. Pediu que ele apontasse em seu peito exatamente qual era a localização. Lutero obedeceu e não entendeu do que se tratava. Ele só ligou os fatos alguns dias depois, quando do desfecho da crise e diante da atitude tomada por seu pai.

O outro fato a confirmar a intenção consciente de Getúlio, foi a elaboração do mais importante documento já feito contra a dominação imperialista no Brasil. A carta foi divulgada algumas horas após a sua morte. Um manifesto vigoroso que levantou o país de forma arrebatadora contra os golpistas.

A sua Carta Testamento atingiu mortalmente os golpistas e entreguistas que já se achavam na iminência da tomada do poder. Eles não sabiam o que lhes estava reservado. Ninguém “desesperado” ou “descontrolado” elabora um libelo tão potente, tão profundo e tão arrasador contra o imperialismo como o que Getúlio escreveu. Sua atitude consciente e corajosa garantiu a vitória do povo brasileiro.

SÉRGIO CRUZ

Leia mais no site: <https://horadopovo.com.br/homenagear-getulio-hoje-e-recolocar-de-pe-a-clt-e-completar-a-independencia-do-pais/>

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HP
HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hpri@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusá, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



AGU dá parecer favorável à exploração pela Petrobrás na Margem Equatorial

A área a ser pesquisada pela Petrobrás - uma das empresas mais seguras do mundo - fica a 170 km da costa do Amapá e a 530 km da Foz do Rio Amazonas

A Advocacia-Geral da União (AGU) publicou nesta terça-feira (22) parecer técnico favorável à pesquisa de petróleo pela Petrobrás na Margem Equatorial.

De acordo com o parecer, a Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) não é indispensável e tampouco pode obstar a realização de licenciamento ambiental de empreendimentos de exploração e produção de petróleo e gás natural no país.

A manifestação do órgão ocorreu em resposta a solicitação realizada pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, relativa ao processo de licenciamento para a perfuração do bloco FZA-M-59, na chamada Margem Equatorial, a 175 quilômetros da costa do Amapá e 530 quilômetros da foz do Rio Amazonas, no norte do país.

Em maio deste ano o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) indeferiu a licença para a Petrobrás perfurar o poço no bloco. Diante da negativa, o Ministério solicitou que a AGU se manifestasse sobre a decisão do Ibama, “em caráter de urgência”, considerando a “relevância

da discussão para os investimentos nesse importante projeto, inclusive no que toca aos aspectos econômicos, sociais e ambientais”.

Em resposta ao Ibama, a direção da Petrobrás afirmou que “cumpriu todas as exigências técnicas demandadas pelo Ibama para o projeto” exploratório no bloco FZA-M-59, localizada em águas profundas do Amapá. Também observou que “a estrutura de resposta à emergência proposta pela companhia é a maior do país. Ainda assim, a Petrobrás se prontifica a atender demandas adicionais porventura remanescentes”.

A AGU levou em consideração “manifestações de áreas jurídicas de órgãos federais ligados ao assunto” e que “também foi encampado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em julgamentos recentes”.

“Na apreciação das Arguições de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPFs nº 825 e nº 887), a Corte decidiu que a viabilidade ambiental de um empreendimento deve ser atestada no próprio licenciamento, e não por meio de AAAS”, segundo a AGU. “Nos precedentes men-

cionados, o STF expressa a compreensão de que é no procedimento de licenciamento ambiental que são aferidos “de forma específica, aprofundada e minuciosa, a partir da Lei nº 6.938/1991, os impactos e riscos ambientais da atividade a ser desenvolvida”, diz o parecer.

Para a AGU, “a legislação vigente, incluindo a Portaria Interministerial MME MMA nº 198, de 5 de abril de 2012, é clara ao fazer a distinção entre AAAS e licenciamento ambiental. O primeiro é instrumento que confere subsídios informativos e de caráter geral ao processo de planejamento estratégico no rito de outorga de blocos exploratórios de petróleo e gás natural”.

“Trata-se de uma avaliação prévia à licitação de concessão dos blocos sobre a aptidão de determinada região com potencial de exploração de petróleo e gás. O licenciamento ambiental, por sua vez, é um procedimento da política nacional de meio ambiente, utilizado para avaliar a viabilidade de projetos específicos, a partir de identificação de impactos potenciais associados aos projetos”, diz o órgão.

Campos Neto diz que arrocho é pouco e juros nas alturas precisam ser mantidos

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, voltou a defender a manutenção dos juros altos no Brasil. Ao falar na Conferência Anual do Santander (banco espanhol no qual trabalhou), na terça-feira (22), Campos Neto disse que, na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), a mensagem do BC foi de que os juros ainda “precisam ser restritivos”.

Apesar da clara desaceleração da inflação, apontada pelos indicadores IPCA e IGPM, Campos Neto declarou que a inflação não está sob controle no Brasil e que o arrocho ao crédito, aos

investimentos e ao consumo, por meio dos juros altos, precisa ser mantida.

“A batalha contra a inflação não está ganha. Em nossa comunicação, adotamos que os juros ainda precisam ser restritivos”, disse o presidente do BC.

Campos Neto também voltou a criticar o crédito direcionado e citou a “desancoragem” das expectativas do “mercado” para opinar na questão fiscal do governo – metendo novamente o bedelho onde não é chamado, já que não cabe ao BC tratar de um tema que não lhe compete, mas ao Ministério da Fazenda.

Aliás, ao manter a política monetária “restritiva”, o BC “independente” de Campos Neto está impondo o aumento dos gastos do setor público com o serviço da dívida. Ou seja, aumentando o endividamento público. Mas isso não preocupa Campos Neto, já que quem sai ganhando são os banqueiros, magnatas que vivem do rentismo e outros especuladores da dívida, a quem este está prestando um bom serviço.

ANTONIO ROSA
Leia mais no HP: <https://horadopovo.com.br/campos-neto-diz-que-arrocho-e-pouco-e-juros-altos-precisam-ser-mantidos/>

“É inadmissível a extinção do parcelamento sem juros”, afirmam entidades em manifesto

“Limitar o número de parcelas ou criar taxas para desestimular o parcelamento afeta justamente quem mais precisa”, argumentam setores do varejo e serviços

“É inadmissível que o Parcelamento Sem Juros – grande aliado dos consumidores, varejistas e empreendedores – seja extinto, taxado ou alterado”, afirmam entidades do comércio, do setor de serviços e de defesa dos consumidores, que lançaram nesta terça-feira (23) o “Manifesto pelo direito de continuar fazendo compras parceladas sem juros”.

A proposta de acabar com o parcelamento sem juros com o cartão foi defendida pelo presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, em audiência no Senado, que, ao invés de explicar o motivo que manteve a taxa básica de juros por um ano em 13,75%, arrochando o crédito, os in-

vestimentos e o consumo das famílias, resolveu atacar o parcelamento sem juros no cartão de crédito, modalidade esta que impõe os extorsivos juros ao consumidor de 437% ao ano, os maiores juros reais do mundo, com aval do BC.

O fato é que o que tem que ser limitado são os juros extorsivos do rotativo do cartão de crédito, o que não tem nada a ver com a proposta de acabar com o parcelamento sem juros no cartão cuja modalidade, ao contrário, impulsiona o consumo.

Assinam o manifesto as seguintes entidades: Sebrae (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), Abipag (Associação Brasileira de

Instituições de Pagamentos), Abranet (Associação Brasileira de Internet), Proteste (Associação Brasileira de Defesa do Consumidor), Abad (Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores de Produtos Industrializados), ACAD Brasil (Associação Brasileira de Academias), Alobrás (Associação de Lojistas do Brás), Conecta, Parcela na Hora, Euroconsumers Brasil e Nova Unívino (União dos Lojistas da Rua 25 de Março e Adjacências).

Leia a íntegra do manifesto no site do HP: <https://horadopovo.com.br/e-inadmissivel-a-extincao-do-parcelamento-sem-juros-afirmam-entidades-em-manifesto/>

“Temos que preservar sim. Mas o que não é admissível é ter isso como um mito e prejudicar o desenvolvimento da nação”, afirma o professor Alberto Garcia de Figueiredo Junior, titular do Departamento de Geologia Marinha na UFF

Grande conhecedor da Amazônia, o professor titular do Departamento de Geologia Marinha na Universidade Federal Fluminense (UFF), Alberto Garcia de Figueiredo Junior, vem desmascarando, desde 2018, a narrativa criada pelo Greenpeace e outras ONGs internacionais, que vem sendo difundida atualmente por setores da mídia de que há corais na Amazônia, na tentativa de impedir que o governo brasileiro, através da Petrobrás, explore a região em benefício da nação.

O especialista contesta as imagens propagadas de corais “que não são da Margem Equatorial”.

“O que tem lá são algas calcárias e alguns rodolitos, que na sua grande maioria são mortos. Há rodolitos, também [outros] carbonatos de 17 a 20 mil anos”, afirma o autor do estudo “Mitos e Verdades sobre os Corais da Foz do Amazonas”, apresentado durante o 49º Congresso Brasileiro de Geologia, em 2018, no Rio de Janeiro.

O professor avalia que as notícias falsas feitas pelas ONGs internacionais, de que há vida marinha abundante de corais na plataforma continental da Amazônia, contribuiu para o Ibama não liberar o licenciamento ambiental da Petrobrás, que busca perfurar um poço que fica a cerca de 160 km da costa do Itaipoca (AP), a 500 km da Foz do rio Amazonas e a 2.800 metros de profundidade.

“Certamente, corais e algas calcárias vivas são importantes e deve-se tornar um cuidado, é fundamental. Eu sou a favor da preservação ambiental. Mas no caso, criou-se esse mito de uma variedade de vidas lá que não é real. E, sobre a questão da segurança, nós temos muito mais vidas na borda de plataforma da Bacia de Campos, na Bacia de Santos, do que a da Amazônia. Essas plataformas e os campos de petróleo estão muito mais próximos, mas não existe notícia de que derramamento de óleo tenha atingido a borda de plataforma [continental] derivado desses campos”, frisou o professor.

“Sou a favor da preservação. Temos que preservar sim. Mas o que não é admissível é ter isso como um mito e prejudicar o desenvolvimento da nação”, afirmou Alberto Garcia de Figueiredo Junior.

A palestra do geólogo Alberto Garcia, que foi concedida na quarta-feira, 23 de agosto, ao Canal do Youtube do consultor e professor da PUC-RJ, Armando Cavanha,

“Não é razoável o Brasil não explorar a Margem Equatorial”, diz ministro de Minas e Energia

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, avalia que com a decisão favorável da Advocacia-Geral da União (AGU), para a liberação da prospecção de petróleo na margem equatorial brasileira, o Ibama já tem as condições para avançar no licenciamento ambiental, que permite a Petrobrás realizar o estudo na região.

Para Alexandre Silveira, “não é razoável que o Brasil deixe de explorar seu solo”, declarou o ministro, que ressalta que o diálogo é o melhor caminho, acrescentando que o Brasil, mesmo rumando para transição energética, vai necessitar ainda de seu petróleo para atender as necessidades e melhorar as condições de vida dos brasileiros.

“Acredito no diálogo e ainda precisamos do petró-

com participação do geofísico sênior Jairo Marcondes de Souza, que trabalhou por 42 anos na Petrobrás.

Alberto Garcia destaca que há cerca de 3 anos ele vem participando da chamada Rede Amazônia Azul, um projeto composto por várias universidades, “principalmente do Norte e Nordeste, e algumas universidades do Sul, onde nós criamos essa rede para mostrar que realmente nós temos muita informação da plataforma continental [da Amazônia]”. Chama-se de plataforma continental, a porção do fundo oceânico que margeia os continentes.

“Uma das informações que nós temos, por exemplo, mostra uma série de imagens do fundo marinho, fotografia tirada do fundo marinho, onde a gente vê pela parte mais ao norte, na costa do Amapá, o fundo é lamoso, não aparecendo nada daquilo do que foi mostrado na mídia. Descendo um pouquinho mais em frente, já em frente à Foz do Amazonas, em frente da Ilha de Marajó, lá na borda da plataforma também mais lamoso. E indo em direção ao Maranhão, também é mais lamoso”, ressaltou.

“Na verdade, a plataforma continental tem menos lama à medida que a gente vai para Ceará e Rio Grande”. “Colegas que participam da rede Amazônia Azul fizeram mergulhos com submarino e radiografia multifeixe, que mostra em detalhe o fundo marinho”, acrescentou.

Em algumas áreas, “então, foram encontrados arenitos capeados por carbonatos. A gente vê uma série, como se fossem agulhas no fundo do mar, na verdade são áreas sobre elevadas do fundo marinho, que são arenitos e, por cima desse arenito, um pouco de carbonato, que foram gerados durante o nível de mar mais baixo”, explicou o pesquisador, destacando que “os carbonatos que estão lá hoje, sua grande maioria está morta. Não tem algas calcárias e corais muito menos”.

Os recifes de corais são formados por uma estrutura de deposição de carbonato deixada por organismos marinhos e animais invertebrados, portadores de esqueleto calcário. Esse ecossistema marinho de alta biodiversidade tem dificuldades de se desenvolver na plataforma continental da Amazônia porque, explica o especialista Figueiredo Junior, “a pluma de sedimento do Amazonas interfere com a proliferação de algas calcárias ou qualquer outro tipo de vida carbonática”.

“São duas decisões técnicas, tanto quanto a da AGU, quanto as posições do Ibama sobre as condicionantes para se fazer as pesquisas. Mas agora, se o Ibama não sentar na mesa para discutir as condicionantes ambientais, aí sim o assunto estará sendo politizado por questões ideológicas. Se ele tiver liberdade técnica, ele vai decidir ou avançar no licenciamento”, declarou o ministro, em entrevista ao site JOTA, na última sexta-feira (25).

Leia mais: <https://horadopovo.com.br/nao-e-razoavel-o-brasil-nao-explorar-a-margem-equatorial-afirma-silveira/>



Comandante do Exército, Tomás Paiva

“A exemplo de Caxias, nós não vamos tolerar desvios de conduta”, diz comandante do Exército

O comandante do Exército, general Tomás Paiva, afirmou, na sexta-feira (25), durante a leitura da chamada Ordem do Dia do Exército, na cerimônia de comemoração do Dia do Soldado, no Quartel-General em Brasília, que os soldados devem ser guiados pelo espírito de servir à Pátria.

“Esse comportamento coletivo não se coaduna com eventuais desvios de conduta”, destacou o general em seu discurso. Tomás Paiva ressaltou também que esses desvios de conduta “são repudiados e corrigidos, a exemplo do que fez Caxias, o forjador do caráter militar brasileiro”.

A solenidade do Dia do Soldado, uma das principais datas militares, acontece no Quartel-General do Exército, em Brasília, e contou com a presença de Geraldo Alckmin (PSB), presidente da República em exercício; Alexandre de Moraes, ministro do Supremo Tribunal Federal; Augusto Aras, procurador-geral da República; ministros, como Juscelino Filho, das Comunicações; e parlamentares, como o senador Hamilton Mourão (Republicanos-RS).

“Guiados pelo espírito de servir à Pátria, vocês são os fiéis depositários da confiança dos brasileiros, que só foi obtida pela dedicação extrema ao cumprimento da missão constitucional e pelo absoluto respeito a princípios éticos e valores morais. Esse comportamento coletivo não se coaduna com eventuais desvios de conduta, que são repudiados e corrigidos, a exemplo do que fez Caxias, o forjador do caráter militar brasileiro”, afirmou.

“Vocês são os fiéis depositários da confiança dos brasileiros, que só foi obtida pela dedicação extrema ao cumprimento da missão constitucional e pelo absoluto respeito a princípios éticos e valores morais. Esse comportamento coletivo não se coaduna com eventuais desvios de conduta, que são repudiados e corrigidos, a exemplo do que sempre fez Caxias, o forjador do caráter militar brasileiro”, acrescentou Tomás Paiva, aos soldados e às autoridades presentes.

Geraldo Alckmin e Alexandre de Moraes foram agraciados com medalhas. Eles, outros militares e personalidades receberam as medalhas do Pacificador e do Exército Brasileiro. O vice-presidente representa, na cerimônia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que está em viagem oficial no continente africano.

Com o avanço das investigações sobre ações e omissões que possam ter colaborado para a invasão e depredação das sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro, militares de alta patente estão na mira da Polícia Federal e da CPMI dos Atos Golpistas. Entre eles estão o tenente-coronel da ativa Mauro Cid, que está preso, e seu pai, general da reserva Mauro Cesar Lourença Cid, investigados no caso das joias sauditas presenteadas ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e vendidas e recompradas nos Estados Unidos.

Mensagens apontam promiscuidade de Aras com empresário golpista

Os diálogos interceptados pela Polícia Federal estão mostrando muito mais do que só o envolvimento de Bolsonaro e empresários na disseminação de ataques ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e ao ministro Alexandre de Moraes às vésperas das eleições.

Há trocas de mensagens mostrando a cumplicidade da Procuradoria-Geral da República (PGR) agindo para proteger Meyer Nigri de uma investigação da construtora Tecnisa. As informações são do site UOL.

Diálogos interceptados pela PF mostram que Nigri, um empresário ligado a Bolsonaro, acionou Aras quando tomou conhecimento de que poderia ser alvo de uma investigação pela disseminação de mensagens de teor golpista. O pedido de investigação partiu do senador Raulo Rodrigues (sem partido-AP), com base em reportagem do site “Metrópoles”.

Aras lhe disse que iria localizar o processo e, antes de qualquer manifestação nos autos, antecipou seu juízo ao empresário: “Se trata de mais um abuso do fulano”, numa referência a Raulo.

Em 20 de abril de 2022, mostra Meyer Nigri relatando a Aras o encontro com Lindora. “Oi amigo, tudo bem? Como é que está a tua viagem? Honfleur é um charme, não é? Olha, ontem, pena que você não estava lá, fui recebido pela Lindora. Espetacular! É super legal! Adorei ela, muito legal, me tratou muitíssimo bem. Adorei conhecê-la. Ela combinou, pediu para se pudesse me passar o contato dela? Que eu quero falar com ela, tá bom? Mandar uma mensagem. Então aproveite. É parabéns pelo artigo de hoje, maravilhoso. Parabéns”.

Lula à UE e aos franceses: “não aceitamos ameaças”



Presidente Lula durante entrevista coletiva na visita à Angola CPMI apura como Wassef recomprou Rolex por R\$ 300 mil e deve até IPTU

Cada vez mais, os integrantes do micro entorno de ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) são pegos envolvidos nas patranhas do ex-chefe do Executivo.

Dessa vez, os integrantes da CPI Mista do Golpe, no Congresso Nacional, querem ouvir o advogado de Bolsonaro, Frederick Wassef, sobre a recompra do relógio Rolex avaliado em mais de R\$ 300 mil, mesmo ele estando endividado. Mas, segundo reportagens, ele deve até IPTU de uma residência sua.

De acordo com os parlamentares do colegiado, a movimentação financeira de Wassef pode ajudar a esclarecer o que chamam de “projeto de golpe de Estado”, que envolveria o esquema das joias sob investigação.

A senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS) afirmou que a CPI já pretendia chamar Wassef por causa do envolvimento dele no esquema suspeito de desvio e venda ilegal de presentes recebidos por Jair Bolsonaro enquanto ocupava a Presidência.

Agora, na avaliação da senadora, a decisão sobre a convocação tende a ser acelerada. “Isso [informação de que Wassef acumulava dívidas] nos dá uma pista

e reforça a necessidade de ouvi-lo, nos traz mais indícios de que, sim, pode haver algo”, disse a senadora.

NA MIRA DA CPI
Atualmente, há seis requerimentos que pedem a convocação de Wassef como testemunha na CPI do Golpe, além de 3 pedidos de quebra de sigilo – todos na esteira da Operação Lucas 2:12, da PF (Polícia Federal), sobre a venda de joias e presentes no exterior por aliados de Bolsonaro.

“Estamos analisando que muito dinheiro que transitou nesses últimos meses, principalmente após o segundo turno, foi para financiar o golpe de Estado”, afirmou Soraya.

Para o deputado Rogério Correia (PT-MG), a reportagem do Estadão reforça a necessidade de o presidente do colegiado, deputado Arthur Maia (União Brasil-BA), colocar em votação os requerimentos.

VIAGEM AOS EUA
Em março deste ano, depois de o Estadão revelar que o governo Bolsonaro tentou trazer, de forma ilegal, joias recebidas do governo saudita, Wassef viajou para Miami, nos Estados Unidos, para recuperar relógio Rolex doado para o ex-presidente e vendido pelo

general Mauro César Lourença Cid, pai de Mauro Cid, ex-ajudante de ordens do ex-chefe do Executivo.

Para reaver o item, Wassef teria pago o equivalente a R\$ 346.983,60, com o objetivo de entregar o relógio ao TCU (Tribunal de Contas da União), que havia determinado a devolução dos presentes.

ENGANAR
“Eu comprei o relógio. A decisão foi minha. Usei meus recursos. Eu tenho a origem lícita e legal dos meus recursos. Eu tenho conta aberta nos Estados Unidos em um banco em Miami e usei o meu dinheiro para pagar o relógio”, disse o advogado.

“Então, o meu objetivo quando eu comprei esse relógio era exatamente devolvê-lo à União, ao governo federal do Brasil, à Presidência da República”, afirmou o advogado, após ser alvo da Operação Lucas 2:12. Wassef ainda ironizou que “o governo do Brasil” lhe “deve R\$ 300 mil” e disse que o resgate do relógio não se deu a pedido de Bolsonaro.

Na semana passada, a PF intimou Wassef, Bolsonaro e outras 6 pessoas a prestarem depoimento sobre o caso das joias na próxima quinta-feira (31).

Moraes proíbe comunicação de Bolsonaro e Michelle com Cid para evitar combinação

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Alexandre de Moraes, proibiu que o tenente-coronel Mauro Cid, o “ex-faz-tudo” do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), mantenha contato com o ex-chefe do Executivo e também com a ex-primeira-dama, Michelle Bolsonaro, além de outros investigados.

A decisão do ministro tem como argumento a avaliação de que a comunicação entre eles pode obstruir o andamento de investigações.

“A incomunicabilidade entre os investigados alvos das medidas é absolutamente necessária à conveniência da instrução criminal, pois existem diversos fatos cujos esclarecimentos dependem da finalização das medidas investigativas, notadamente no que diz respeito à análise do material apreendido e realização da oitiva de todos os agentes envolvidos”, escreveu Moraes na decisão, datada da última quarta-feira (23).

No documento, o ministro escreveu ainda que a análise dos dados do telefone celular apreendido com Cid re-

velou “indícios de que houve desvio de bens de alto valor patrimonial entregues por autoridades estrangeiras ao ex-presidente da República ou agentes públicos a seu serviço, e posterior ocultação da origem, localização e propriedade dos valores provenientes, sendo revelados novos fatos e agentes envolvidos.”

A decisão, em linhas gerais, proíbe vários investigados de manterem contato entre si.

O documento não deixa claro como poderia se dar comunicação entre Cid e demais investigados, vez que o tenente-coronel está preso, mas, em tese, pode haver contato via advogados ou em visitas.

DEPOIMENTO
Cid prestou novamente depoimento à PF (Polícia Federal), na sexta-feira (25), por cerca de 3 horas. Dessa vez, sobre as declarações dadas pelo hacker Walter Delgatti Neto à CPI do Golpe, no Congresso Nacional.

Na saída, o advogado de Cid, Cezar Binten-court, se negou a dar detalhes sobre o que foi dito pelo cliente, e se limitou a dizer que ele falou “so-

bre os fatos” e não disse “nada de especial”.

O tenente-coronel é suspeito de integrar rede de ações, cujo objetivo seria desacreditar o sistema eleitoral e evitar a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Ele também tem, conforme as investigações, participação direta na tentativa de venda de joias recebidas por Bolsonaro de autoridades de países do Oriente Médio. **“GOLPE DE ESTADO”**

Na decisão em que proíbe a comunicação entre os investigados, Moraes transcreve relatório em que a PF afirma que as provas colhidas até o momento ratificam a hipótese de “tentativa de execução de um golpe de Estado, seja por meio de induzimento e instigação de parcela da população aderente à ideologia política professada”.

Apesar de não terem obtido êxito na tentativa de golpe de Estado, prossegue a PF, “a atuação dos investigados, possivelmente, foi um dos elementos que contribuiu para os atos criminosos ocorridos no dia 8 de janeiro de 2023”.

“Respondemos à carta deles (União Europeia e franceses) colocando aquilo que deve ser parte do acordo e dizendo que não aceitamos que uma carta entre amigos tenha ameaça”, afirmou o presidente sobre novas exigências draconianas para o acordo de comércio com o bloco do Mercosul

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva reagiu à nova investida da União Europeia sobre o Mercosul, cujo acordo está para ser ratificado desde 2019 e se tornou inviável para o Brasil e os países da região em razão das exigências europeias, especialmente dos franceses.

Lula falou no sábado (26) sobre as novas imposições dos franceses que, segundo ele, “querem que você abra mão de tudo e não abrem mão de nada”.

“Respondemos à carta deles colocando aquilo que deve ser parte do acordo e dizendo que não aceitamos que uma carta entre amigos tenha ameaça. Estamos há 20 e poucos anos brigando por isso. Não é fácil negociar com os franceses, não é fácil. Eles querem que você abra mão de tudo e não abrem mão de nada. Eles valorizam o franguinho deles, o vinho deles”, afirmou o presidente.

A União Europeia (EU) recebeu do governo brasileiro uma resposta a essas exigências pelo qual o Brasil sugere um mecanismo chamado de “equilíbrio de concessões” pelo qual se os europeus decidirem proibir a importação de determinado produto que teve origem em uma área desmatada, eles terão de abrir seu mercado para outro item exportado pelo Brasil, ou perderão a vantagem concedida a bens de seu interesse.

A proibição, por exemplo, por parte da UE da importação de carne bovina teria como consequência a abertura adicional à carne de frango ou teria que renunciar à venda para o Brasil, com alíquotas menores, de produtos de seu interesse, como veículos automotores.

Por esse mecanismo, o governo brasileiro busca compensar os produtores nacionais prejudicados pela legislação aprovada pelo Parlamento Europeu que veta a importação de alimentos das áreas desmatadas até dezembro de 2020.

A contraproposta brasileira inclui a sugestão da UE suspender qualquer sanção comercial e assegurar a abertura a produtos oriundos do Brasil de forma sustentável, além de prever ajustes em compras governamentais com o mesmo tratamento a empresas nacionais e europeias em aquisições da União.

Consta no texto como um dos principais pontos a possibilidade do Brasil exigir compensações a empresas europeias habilitadas em licitações públicas, como investimentos e transferência de tecnologia, assim como a preferência de até 20% a empresas brasileiras de todos os portes: micro, pequenas, médias e grandes. Quanto maior o compromisso da empresa com o meio ambiente, maior seria esse percentual.

O Acordo de Associação Mercosul-União Europeia teve suas negociações concluídas em 28 de junho de 2019, e ainda dependente do processo de revisão,

CPMI aprova quebra de sigilo de Carla Zambelli e reconvoção de Mauro Cid

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Golpe aprovou, na quinta-feira (24), a quebra dos sigilos fiscal, telefônico e telemático da deputada Carla Zambelli (PL-SP) e de Walter Delgatti Neto, hacker contratado por ela para sabotar as urnas eletrônicas e o Judiciário.

Zambelli, que é muito próxima ao ex-presidente Jair Bolsonaro, entrou em contato com Walter Delgatti Neto para que ele fizesse parte da trama golpista com mentiras contra as urnas eletrônicas.

A quebra dos sigilos busca provas de que Zambelli pagou R\$ 40 mil para que Walter Delgatti Neto invadisse o sistema da Justiça e inserisse documentos falsos, como um que pedia a prisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). O caso foi relatado pelo próprio Delgatti em depoimento na CPMI.

Walter Delgatti contou que foi ele próprio quem inseriu o man-

assinatura e ratificação.

CONSELHO DE SEGURANÇA
Em sua entrevista à imprensa em Luanda (Angola), o presidente brasileiro também argumentou que boa parte dos conflitos mundiais tem a participação de algum país integrante do Conselho de Segurança da ONU e, em razão disso, sugeriu um equilíbrio de forças, lembrando que o Brasil postula a condição de membro permanente.

Segundo Lula, o organismo é um fator de insegurança mundial por causa da política externa de seus próprios integrantes, submissa à dos EUA. Conforme avaliou, aquele que “deveria ser a segurança da paz e da tranquilidade, é o que faz a guerra sem conversar com ninguém”.

Ainda de acordo com o presidente brasileiro, o Conselho de Segurança da ONU não representa a diversidade de forças geopolíticas existentes atualmente. “Estou há mais de 15 anos brigando pela participação no Conselho de Segurança. Agora, vou falar com o meu amigo (Joe) Biden: ‘Você pode tratar de começar a defender o Brasil’. Os Estados Unidos nunca disseram ‘não’ perto de mim, mas também não disseram que ‘sim’. Eles não querem que a gente entre, mas acho que vão mudar. A gente vai brigar com eles para entrar”, garantiu. Lula e Biden se encontrarão em Nova York, em setembro, na cerimônia de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas.

DÍVIDA IMPAGÁVEL
Lula também tratou do problema da dívida dos países africanos com o FMI em sua entrevista coletiva. Segundo o presidente, é necessário fazer uma revisão, na medida em que “essa dívida vai ficando impagável porque o dinheiro do orçamento nunca dá para pagar e o problema vai sempre aumentando”, afirmou.

Lula defendeu a anulação do valor da dívida, embora considere essa proposta improvável, ou a extensão do prazo de ressarcimento ao FMI ou investindo o montante em obras de infraestrutura para o desenvolvimento dessas nações, lembrando que a África, como um todo, deve US\$ 760 bilhões ao fundo.

O presidente brasileiro informou aos jornalistas que solicitou ao Ministério das Relações Exteriores (MRE) um estudo sobre a possibilidade de abertura de um consulado-geral em Luanda — o primeiro aberto em um país africano de língua portuguesa que cuidaria de questões relacionadas a repatriações, hospitalizações e prisões de brasileiros em território estrangeiro, além de emitir passaportes, documentos de viagens e vistos a estrangeiros.

“Com aproximadamente 30 mil brasileiros, Angola abriga nossa maior comunidade em todo o continente africano. Por isso, instruí o chanceler Mauro Vieira a estudar a abertura de um consulado-geral”, anunciou Lula.

MAC

Pai de Assange denuncia perseguição criminosa dos EUA contra o jornalista

“EUA passaram a perseguir Julian Assange por simplesmente exercer nossa profissão de forma corajosa e digna”, denunciou em palestra na ABI

Na noite da sexta-feira (25), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) recebeu em sua sede, no Rio de Janeiro, John Shipton, pai de Julian Assange, para um ato-entrevista.

Há quatro anos, o jornalista e fundador do Wikileaks foi preso em Londres e desde então vive sob a ameaça de extradição para os Estados Unidos, onde pode ser condenado a até 175 anos por denunciar ao mundo as atrocidades cometidas pelo exército estadunidense no Afeganistão, Iraque e em Guantánamo.

O evento foi organizado pela ABI em parceria com o Comitê de Solidariedade a Cuba no Rio de Janeiro.

John Shipton denunciou que seu filho está preso há 4 anos sem cometer qualquer crime, passando 22 horas na cela, com apenas 1 hora para exercícios, além das refeições. “A ignorância não é um benefício para as pessoas ou para as nações. O trabalho do jornalista é difícil e nós compreendemos os riscos que envolvem esse trabalho. Desde que Assange publicou suas denúncias, os governos aqui na América Latina mudaram muito. Os EUA e suas agências não conseguiram interferir do mesmo modo na autonomia dos países e nós entendemos nesse processo qual a importância do jornalismo”, disse John.

O presidente da ABI, Octávio Costa, afirmou que foi uma honra receber John Shipton que está percorrendo o mundo em defesa da liberdade de seu filho e lutando contra a perseguição dos EUA.

“Os EUA passaram a perseguir Julian Assange por simplesmente exercer nossa profissão de forma corajosa e digna ao buscar e divulgar documentos que comprovaram os abusos e torturas promovidos pelo exército americano no Afeganistão e Iraque, de forma brilhante. Tanto que suas matérias foram repercutidas pelos maiores jornais do mundo como o New York Times, Le Monde, Guardian, aqui no Brasil Folha de São Paulo, Estadão, Globo, todos eles repercutiram as matérias bem fundamentadas de Julian Assange. A partir daí, começou a sofrer uma perseguição criminosa do governo dos EUA.”

Alguns dos principais jornais do mundo assinaram uma carta em defesa da liberdade de Assange. Entre eles o jornal britânico The Guardian, o estadunidense The New York Times, o espanhol El País, o francês Le Monde e a revista e portal da Alemanha Der Spiegel. Os cinco veículos publicaram entre 2010 e 2011 reportagens sobre os abusos de

militares dos EUA no Iraque, com base no material fornecido pelo Wikileaks.

“Obter e divulgar informações quando necessário para o interesse público é parte essencial do trabalho diário de jornalistas. Doze anos após a publicação de ‘Cablegate’ é hora de o governo dos EUA encerrar o processo”, diz a carta.

Carmen Diniz, representando o Comitê de Solidariedade a Cuba, destacou que a perseguição dos EUA não é apenas contra Assange, mas sim contra o jornalismo sério e contra o direito do povo de saber as barbáries cometidas pelo imperialismo norte-americano. “O que eles querem é vingança. Por isso é importante que lutemos por Assange, porque não é só por ele. Se não fosse por ele jamais saberíamos o que acontece em Guantánamo. O que os EUA estão querendo dizer é ‘não falem das nossas tropas porque senão é isso que vai acontecer com vocês’. Nós temos que continuar lutando, seja ele extraditado ou não. Foi o que fizemos com os cinco cubanos presos nos EUA e eles voltaram para Cuba.”

Shipton destacou, ainda, a importância da recente reunião dos BRICS, na África do Sul, que deu ao Bloco uma relevância maior que o chamado G7, com a incorporação dos seis novos membros (Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Argentina, Egito, Irã e Etiópia). “Isso significa que o Brasil é um dos líderes mundiais e o presidente Lula se torna um dos chefes de Estado com força para barrar algumas políticas de Biden.”

O governo dos EUA o acusa de espionagem por ter divulgado arquivos que comprovam crimes de guerra cometidos por militares estadunidenses. Diversos líderes mundo agora têm expressado sua solidariedade a Assange, incluindo Lula e o presidente do México, Andrés Obrador. Também defenderam a liberdade do jornalista os presidentes da Argentina, Guatemala, Chile e Venezuela.

Um dos documentos trazidos a público por Assange e pelo portal WikiLeaks foi o vídeo, gravado desde um helicóptero de guerra Apache, em Bagdá, que registra como dois jornalistas e uma dezena de civis desarmados são assassinados a tiros de metralhadora do helicóptero norte-americano. Entre outros documentos divulgados por Assange há os que comprovam denúncias de torturas infligidas aos presos em Guantánamo, Abu Graib (Iraque) e Bagram (Afeganistão).

RODRIGO LUCAS

PGR pede que o STF derrube lei aprovada em Porto Alegre para ‘comemorar’ terrorismo bolsonarista de 8 de janeiro

A Procuradoria-Geral da República (PGR) pediu, na noite de sexta-feira (25), que o Supremo Tribunal Federal (STF) declare inconstitucional a lei aprovada pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre que tornou feriado o “Dia do Patriota”, em 8 de janeiro. A escolha peculiar marca a data em que apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) invadiram as sedes dos Três Poderes em Brasília.

O episódio, que resultou em prisões e está sob investigação do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Congresso Nacional, agora faz parte do rol de datas comemorativas da capital do Rio Grande do Sul. O vereador Alexandre Bobadra (PL) é o mentor da proposta, apresentada em março, que chama a atenção pela ausência de menções diretas aos acontecimentos da capital federal e pelo motivo peculiar da escolha do dia 8 de janeiro.

No projeto de lei, Bobadra se baseou em definições de patriotismo, utilizando citações de figuras como Olavo de Carvalho, já falecido e conhecido como uma figura influente no bolsonarismo.

Após passar por comissões

legislativas e receber pareceres favoráveis, o projeto seguiu para a sanção do prefeito Sebastião Melo (MDB). Porém, o prefeito não tomou uma decisão dentro do prazo de 15 dias, o que levou o projeto de volta à Câmara Municipal, onde o presidente Hamilton Sossmeier (PTB) promulgou a lei em 7 de agosto.

O cenário político, porém, trouxe uma reviravolta: apenas uma semana após a promulgação da lei, o vereador Bobadra teve seu mandato cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS). Ele foi considerado culpado por abuso de poder econômico e uso indevido de meios de comunicação durante as eleições de 2020. Embora recorrendo ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a cassação já gerou mudanças, com Cláudio Conceição (União Brasil) assumindo a vaga deixada por Bobadra.

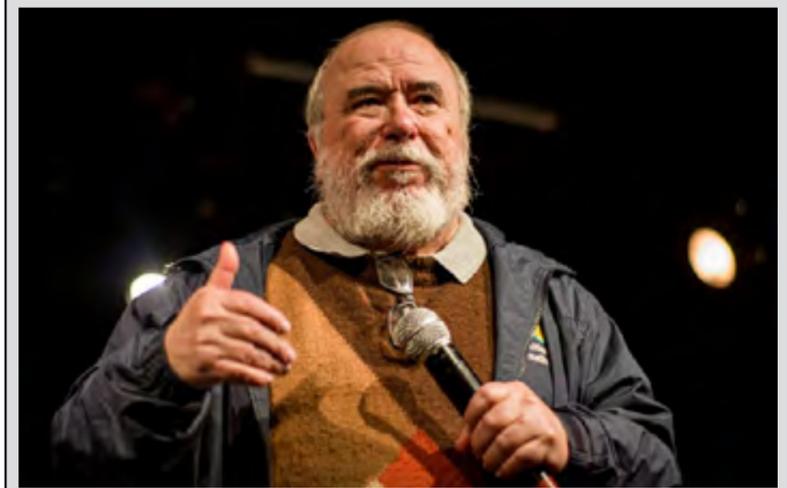
REPÚDIO

A promulgação da lei foi rechaçada por parlamentares. A senadora Eliziane Gama (PSD-AM), relatora da CPMI do 8/1, também criticou a iniciativa. A parlamentar disse que a criação da data é um ato “perturbador”.

“É perturbador ver promoção de evento que feriu a democracia e que entrou para capítulo das histórias mais tristes. Pátria é Nação, é Cidadania. 8/1 foi data de golpismo, de atentado contra instituições”, escreveu a parlamentar nas redes sociais.



John Shipton denuncia que seu filho está preso há 4 anos sem cometer crime



Presidente da AMAR/SOMBRÁS avalia que o PL 2.370/20, da deputada Jandira Feghali, é “imprescindível para que haja justiça autoral”

PL dos Direitos Autorais na Internet combate exploração de autores pelas big techs, afirma o maestro Marcus Vinicius

O Projeto de Lei dos Direitos Autorais na Internet (PL 2.370/20) está na pauta de votação da Câmara dos Deputados e pode ser votado no próximo período. De autoria da deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ), o projeto regula a remuneração de autores nas plataformas digitais e conta com apoio da classe artística brasileira ao mesmo tempo em que sofre ataques das chamadas big techs e de seus representantes no Brasil.

O texto, que tem como relator na Câmara o deputado Elmar Nascimento (União-BA), aponta que titulares de direitos autorais “terão direito à remuneração a ser paga pelo provedor [empresa dona da rede social] pela disponibilização da obra na internet, ainda que tenha sido deflagrada por iniciativa de terceiros”.

Para o maestro Marcus Vinicius de Andrade, presidente da Associação de Músicos, Arranjadores e Regentes (AMAR/SOMBRÁS), a regulação dos direitos autorais na internet “é não apenas necessária como imprescindível para que haja justiça autoral”.

Em entrevista à Hora do Povo, o especialista em direitos autorais denuncia a exploração dos autores pelas big techs e ressalta que “a classe artística apoia incondicionalmente Jandira e esta sua iniciativa, pela qual lutamos há muito tempo”.

Confira a íntegra da entrevista:

HORA DO POVO – A deputada federal Jandira Feghali afirmou que o Projeto de Lei dos direitos autorais na internet (PL 2.370/20) “é uma necessidade” para acabar com os “absurdos” de má remuneração dos autores pelas chamadas big techs. A classe artística apoia esta iniciativa? Essa regulação é necessária?

MARCUS VINICIUS – A regulação é não apenas necessária como imprescindível para que haja justiça autoral. Nesse sentido, o entendimento da Jandira (que sempre foi uma grande aliada dos artistas, cria-

dores e titulares de direitos autorais) chega até a ser benevolente quando trata a má remuneração dos autores pelas big techs como “absurdos”, pois ela muitas vezes se reveste de flagrante ilegalidade, havendo até mesmo casos (e não são poucos) em que não há remuneração alguma. Nesse caso, ela é não apenas um absurdo, mas deveria ter um outro nome, extraído do vocabulário do Direito Penal, mas que, por comedimento, prefiro classificar como pura e simples exploração. A classe artística apoia incondicionalmente Jandira e esta sua iniciativa, pela qual lutamos há muito tempo.

HP – Grandes plataformas, como Google, Facebook e Telegram, têm se manifestado contrárias a todas propostas de regulação da internet, inclusive o PL das Fake News, do deputado Orlando Silva (PCdoB). Como as big techs se beneficiam com a desregulamentação e, no caso do PL 2.370, da não remuneração dos autores brasileiros?

MV – Não é só no Brasil que as grandes plataformas se opõem à regulação da Internet e do próprio mundo digital, que muitos pretendem ver como um mundo acima da lei ou mesmo fora da lei, como talvez fosse mais adequado dizer. Exatamente por isso, a regulação da Internet é item fundamental na pauta da contemporaneidade em muitos países do mundo. Quando começou, a Internet foi saudada como o espaço da plena liberdade, havendo até quem afirmasse que ela seria capaz de contornar os grandes conflitos humanitários, sendo até mesmo um fator de eliminação da própria luta de classes...

Com o passar dos anos, ela aos poucos não só deu voz aos “imbecis da aldeia” (no dizer de Umberto Eco), como se transformou em local privilegiado de guetos de intolerância, de radicalismos autoritários e de posturas contrárias às políticas sociais, como acertadamente afirma o pensador tcheco-americano Evgeny Morozov em Big Tech – A Ascensão dos Dados e a Morte da Política, ao demonstrar como platafor-

mas privadas digitais estão ocupando e interferindo em instâncias de políticas públicas, como o serviço de saúde da Inglaterra e órgãos de controle de trânsito de cidades norte-americanas.

Não é à toa que as grandes plataformas, para preservar seu poder e seus benefícios, lutem aqui contra as propostas de regulação da Internet, contra o justo PL das Fake News do Dep. Orlando Silva, e eventualmente contra o exercício de determinados direitos (como os Direitos Autorais, que por sinal integram a Declaração Universal dos Direitos Humanos promulgada pela ONU em 1948. Mas para as big techs, o que significam os Direitos Humanos e a própria ONU?

HP – Alguns setores que se colocam contrários à arrecadação dos direitos autorais batizaram o projeto de “PL da Globo”, que supostamente seria a grande beneficiada pelo PL 2.370. Esta comparação é justa?

MV – Não, não é justa. Primeiro, porque a Globo, ao remunerar os conteúdos difundidos pela GloboPlay, está simplesmente se dispondo a seguir, a partir de agora, um princípio que já ocorre em muitas partes do mundo, qual seja a remuneração legal dos titulares de direitos pela reutilização de suas antigas criações e/ou produções. Se isso não era remunerado no passado, é chegado o momento de corrigir-se o antigo erro – e não se pode invocar “segurança jurídica” para preservar-se ad aeternum injustiças cometidas anteriormente.

Entendemos que os antigos contratos devem ser respeitados e cumpridos até o final e, se renovados, devem obedecer às disposições estabelecidas no novo ordenamento legal. Também acho que as empresas estrangeiras devem seguir as mesmas regras vigentes para as nacionais, sem que invoquem prerrogativas, privilégios e exceções de que dispõem em seus países de origem, caso estas inexistam no ordenamento autoral do Brasil.

ANDRÉ SANTANA



Renato Feder e Tarcísio de Freitas

Resolução do governo de SP para expulsar estudantes que faltarem a aulas é ilegal

Mais uma vez as ações descabidas da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo entram na mira do Ministério Público de São Paulo. Após a absurda tentativa de proibir os livros didáticos no Estado, o MP-SP instaurou inquérito civil para apurar inconstitucionalidade e ilegalidade da resolução editada pelo governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) que prevê a expulsão de alunos que faltarem às aulas por 15 dias consecutivos.

A medida, anunciada em 5 de julho, foi justificada pela gestão Tarcísio/Feder como mecanismo de ‘otimização de vagas’, o que significa tratar a educação como mercadoria e, portanto, deve gerar lucros ao invés de despesas. Uma visão excludente e mercadológica da dupla bolsonarista.

No documento, assinado pelo secretário/empresário Renato Feder, dono da Multilaser, empresa que possui contratos com o governo de São Paulo, a escola pode incluir o aluno na lista de não comparecimento a partir do décimo sexto dia de ausência, depois de procurá-lo através dos dados do sistema. Passado esse processo, o estudante será excluído desse sistema, perdendo a vaga.

Na resolução não é mencionado se o Conselho Tutelar terá a palavra final na expulsão do estudante, o que é prerrogativa do órgão, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A medida afeta 3,5 milhões de alunos matriculados nos ensinos fundamental, médio e EJA (Educação de Jovens e Adultos).

O Geduc (Grupo de Atuação Especial de Educação do PM) deu prazo de dez dias para que a pasta justifique a decisão, indique quantos estudantes já foram atingidos e informe sobre a possibilidade de revogação ou revisão da norma, válida desde julho.

Os promotores João Paulo Faustino, Bruno Simonetti e Fernanda Cassiano solicitam dados sobre as medidas de controle da frequência dos estudantes, bem como as ações que comprovem a realização de busca ativa daqueles com o registro de faltas frequentes. O grupo também pede informações à secretaria sobre a estrutura existente nas escolas para minimizar as ausências e evitar o abandono da escola.

“Considerando a sempre desejável solução dialógica e extrajudicial de conflitos, informe a possibilidade de revogação expressa da referida resolução 25/2023 ou de sua revisão, assegurando-se o direito constitucional de permanência e frequência escolar, o cumprimento das normas de prevenção e enfrentamento à evasão escolar e compatibilização com as necessidades de organização administrativas da rede”, requer o MP.

A mudança restringe o direito básico à educação garantido pela Constituição, dificulta a permanência de jovens que cursam o período noturno e ainda pode ocasionar a perda de benefícios atrelados à frequência escolar, como o Bolsa Família.

Além da ‘otimização’ de vagas, segundo afirmou a secretaria, a medida “beneficia estudantes frequentes que aguardam transferências entre unidades”. A gestão empresarial alega que o “recurso” só poderá ser aplicado quando as 15 ausências consecutivas não forem justificadas e quando todas as tentativas para garantir o retorno do estudante, como contatos telefônicos, mensagens e cartas, não atingirem o objetivo.

Mas para os promotores “a complexidade dos citados fatores de exclusão escolar não parece admitir medidas simples e pontuais de enfrentamento, exigindo políticas públicas estruturadas e contínuas”. Eles afirmam ainda que a gerência de oferta de vagas deve “guardar harmonia com as normas constitucionais e legais que exigem esforços máximos para a permanência e garantia do percurso escolar dos estudantes”.

AUTORITARISMO SEM FUNDAMENTO

“E a coisa mais autoritária, sem nenhum fundamento pedagógico e social. Eles não têm a mínima noção das dificuldades que passa hoje a juventude brasileira, após uma pandemia, uma crise econômica e um desemprego enorme dos pais”, criticou a professora Madalena Guasco Peixoto, diretora da Faculdade de Educação da PUC-SP, em entrevista ao Portal Vermelho.

“A medida só aumenta a exclusão, além de mostrar o autoritarismo”, prossegue a educadora, que também é secretária-geral da Contee (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino). “O papel da escola não é saber se a criança vai ou não, o papel da escola é acolhimento”, defende.

Para Madalena, a escola deveria ter como primeira providência saber a razão das faltas. Depois, oferecer o apoio necessário, inclusive com reforço escolar. “Essa é a concepção pedagógica, por isso, essa medida não tem base em nenhuma concepção de educação, senão numa visão autoritária, anti-escola e anti-acolhimento”.

Entidades convocam ato por direitos sarrupriados por Temer e Bolsonaro

Foto: Roosevelt Cassio



Assembleia dos trabalhadores dos Correios em São Paulo foi realizada na quadra da Peruche - Foto: SINTECT-SP

Funcionários dos Correios aprovam estado de greve por reajuste acima da inflação

Assembleia dos trabalhadores dos Correios em São Paulo foi realizada na quadra da Peruche - Foto: SINTECT-SP

Os trabalhadores dos Correios de São Paulo rejeitaram a proposta patronal para o acordo coletivo de 2023/2024 e, em assembleia na quinta-feira (24), decretaram estado de greve.

A proposta da empresa é reajuste salarial de 3,18%, o equivalente a 90% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Além do reajuste acima da inflação, a categoria luta por um plano de saúde

de mais acessível e justo para todos, e a abertura de concurso público.

Segundo o SINTECT-SP (Sindicato dos Trabalhadores dos Correios de São Paulo), “a grande assembleia, com presença massiva dos trabalhadores, mostra a disposição de luta da categoria e que se a proposta não melhorar, o Correio vai parar!”

Assembleias dos trabalhadores dos Correios estão acontecendo em todo o país, sob o comando da Findect (Federação Interestadual dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Correios) e dos sindicatos locais. Na

última terça-feira (22), os trabalhadores dos Correios do Rio de Janeiro, assim como os de São Paulo, também rejeitaram a proposta da empresa e decretaram estado de greve.

“O SINTECT-SP continuará mobilizando a categoria para a próxima assembleia, até lá, a ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) terá tempo suficiente para receber o resultado das assembleias em todo o país, retomar as negociações e avançar na proposta de Acordo Coletivo de Trabalho”, afirmou o sindicato.



Entidades sindicais organizam ato “Revoga Já” e reivindicam projeto de retomada dos direitos trabalhistas e previdenciários

Centrais Sindicais, Confederações, Federações, Sindicatos de categorias de todas as regiões do país, em reunião do Fórum Sindical Ampliado (FSA), na segunda-feira (21), lançaram uma campanha pela revogação dos ataques de Bolsonaro e Temer aos direitos previdenciários e trabalhistas.

A campanha “Revoga já!” tem por objetivo pautar entre as bases do governo federal a urgência de se constituir um projeto que possa resgatar os direitos trabalhistas, mantendo a unidade e o protagonismo do movimento sindical. A mobilização nacional pretende unir o movimento sindical de todo o país numa mobilização no próximo dia 12 de setembro, terça-feira, às 19 horas.

As entidades que compõem o Fórum buscaram diálogo com o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, para discutir e apresentar os pontos que consideram principais para o fortalecimento do movimento sindical, com a manutenção do princípio da unidade, bem como apontar os pontos mais traumáticos presentes na reforma trabalhista e previdenciária. Apesar do esforço dos trabalhadores e após o próprio ministro ter confirmado a presença e escolhido a data dos encontros, Luiz Marinho não compareceu às reuniões agendadas, deixando frustradas as 900 entidades reunidas.

“Cada vez mais precarizados pelas Reformas Trabalhista e Previdenciária, trabalhadores brasileiros esperam por uma urgente e necessária contra-reforma do novo Governo, por-ém até o momento, mesmo apontando sugestões e ideias,

o movimento sindical não teve nenhuma ação concreta a favor das reivindicações pelos direitos sarrupriados da classe trabalhadora”, destaca o FSA em comunicado.

Os sindicalistas contam com o apoio de magistrados da Justiça do Trabalho que mediarão o primeiro encontro para debater os temas. Entre os magistrados que estarão presentes estão o desembargador do TRT-4, Marcelo Ferlin D’Ambrosio, os desembargadores Luiz Alberto de Vargas (TRT-4), Jorge Luiz Souto Maior (TRT-15 – aposentado), Mário Sérgio Medeiros Pinheiro (TRT-1), Brígida Joaquina Charão Barcelos (TRT-4) e Ana Paula Alvarenga Martins (TRT-15).

Participaram da reunião que convocou a mobilização o presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Santa Catarina (FETIESC), Idemar Antonio Martini; o presidente da CTB no Rio Grande do Sul, Guiomar Vidor; Moacyr Roberto Tesch Auersvald, presidente nacional da Nova Central Sindical dos Trabalhadores; Altamiro Perdoná, presidente da Confederação Nacional do Trabalhador na Indústria da Construção e do Mobiliário (Contricom); José Reginaldo Inácio, da CNTI; Izaias Otaviano, presidente da NCST-SC; e Vicente Selistre.

O primeiro debate do “REVOGA JÁ” entre sindicalistas e desembargadores da Justiça do Trabalho, acontecerá no dia 12 de setembro por videoconferência. A meta dos organizadores é que o evento volte a reunir representantes das 900 entidades sindicais que, juntas, representam mais de 20 milhões de trabalhadores.

Medida Provisória que garante 9% de reajuste a servidores federais é aprovada na Câmara

A Medida Provisória (MP 1170/23) que concede reajuste de 9% aos servidores públicos federais foi aprovada na Câmara dos Deputados na terça-feira (22). A medida inclui servidores federais civis do Executivo, autarquias, fundações, além de aposentados e pensionistas com direito à paridade.

A correção beneficia mais de 1,1 milhão de servidores, sendo 520 mil ativos, 13,6 mil empregados públicos, 450 mil aposentados e 167 mil pensionistas, que acumularam perdas de 34% nos últimos quatro anos.

A MP, que agora segue para o Senado, foi editada após a sanção pelo presidente Lula da Lei 14.563/23, que incluiu no Orçamento da União um complemento para a concessão do reajuste.

O índice de 9% de reajuste foi acordado entre o governo federal e mais de 100 entidades representativas dos servidores públicos na Mesa de Negociação Permanente. A negociação entre servidores públicos e o governo estava suspensa desde 2017 e foi retomada na atual gestão. Na Câmara, a matéria foi aprovada com um substitutivo da deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), relatora da MP na comissão mista.

“Essa proposta reinaugura o tempo do diálogo com o servidor público do nosso País. Desde 2017, não havia mesas de negociação ou debates sobre as condições de trabalho e muito menos sobre reajustes salariais”, disse a deputada Alice Portugal.

A deputada destacou que a proposta tem prazo para ser votada no Senado, até a quinta-feira (24), para não perder a validade. “Se não votar, o reajuste será suspenso”, alertou.

Segundo ela, as alterações que acabaram ficando de fora da MP serão rediscutidas pela ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos,



A deputada Alice Portugal (PCdoB-BA), relatora da MP na comissão mista. Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Esther Dweck. “As emendas não acolhidas viraram pautas de negociação com sindicatos das categorias”, disse.

O reajuste já estava valendo desde 1º de maio de 2023, e os salários corrigidos começaram a ser pagos em junho.

O aumento do auxílio alimentação em 43%, passando de R\$ 458 para R\$ 658 mensais, que estava sem reajuste desde 2016, também foi acertado na mesa de negociação entre as entidades e o governo, mas, para isso, bastou a edição de uma Portaria do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

“Nos quatro anos de governo Bolsonaro houve redução de salário pela falta de recomposição inflacionária. Agora fizemos um pacto e uma negociação para reajustes”, afirmou também o deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ).

Presidente do Sindicato dos Engenheiros de SP:

“Apagão revela urgência em se reestatizar a Eletrobrás”

O presidente do Sindicato dos Engenheiros de São Paulo (Seesp), Murilo Pinheiro, defendeu, em artigo nesta terça-feira (22), que o apagão que afetou 29 milhões de brasileiros no último dia 15 de agosto “revela urgência em se reestatizar a Eletrobrás”. De acordo com o engenheiro, a ocorrência “reacendeu o debate sobre as consequências da privatização da Eletrobrás – cujos riscos, inclusive de que o Brasil enfrentasse problemas como o da semana passada, foram exaustivamente apontados pelo SEESP”. Leia, a seguir, a íntegra no artigo

Reestruturar setor energético para evitar novos apagões

Ocorrência que afetou 29 milhões de brasileiros revela urgência em se reestatizar Eletrobras, cujo papel deve ser central em meio à necessária descarbonização da economia e transição energética.

O apagão do dia 15 de agosto último reacendeu o debate sobre as consequências da privatização da Eletrobras – cujos riscos, inclusive de que o Brasil enfrentasse problemas como o da semana passada, foram exaustivamente apontados pelo SEESP.

Enquanto se aguardam as conclusões sobre o que fez com que 29 milhões de brasileiros, em quase todos os estados do País, fossem afetados pela queda de energia, uma certeza: caminho para evitar novas ocorrências passa necessariamente pela reestruturação do setor em face dos desafios para a descarbonização da economia e transição energética, e que recuperar o controle estatal da Eletrobras é premente.

E o que destaca a especialista Clarice Ferraz, em nota técnica para a nova edição do projeto “Cresce Brasil + Engenharia + Desenvolvimento” – iniciativa da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE) com adesão do sindicato. O documento indica que reestatizar a empresa estratégica é o primeiro passo para que a gestão do setor seja voltada ao interesse público, revertendo o desmonte com as privatizações no segmento.

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) apresentou um relatório preliminar que demonstra que o problema teve início na linha de transmissão Quixadá-Fortaleza II, de propriedade da Eletrobras Chesf. “Uma atuação incorreta no sistema de proteção da linha, que operava dentro dos limites, ocasionou o seu desligamento”, pontua.

Como avalia o ONS, “um evento dessa natureza, de forma isolada, não seria suficiente para ocasionar a interrupção de energia elétrica observada na ocorrência em questão”. A interrupção alcançou “cerca de 19 mil MW, do total de 73 mil MW que estavam sendo atendidos no momento, representando aproximadamente 27% da carga total daquela hora. O evento provocou a separação elétrica das regiões Norte e Nordeste das regiões Sul, Sudeste/Centro-Oeste, com abertura das interligações entre essas regiões, afetando 25 estados e o Distrito Federal”.

Especialistas têm apontado em entrevistas que o apagão está relacionado à falta de planejamento integrado e de investimentos em infraestrutura, bem como de manutenção – medidas que integram as propostas do “Cresce Brasil” para o setor. A privatização da Eletrobras contribuiu para esse quadro caótico. Logo na sequência, houve demissão em massa, inclusive de técnicos da empresa.

Está mais do que na hora de reverter esse processo, valorizando o Sistema Interligado Nacional (SIN), um feito da engenharia nacional alinhado à construção de um país soberano e desenvolvido, o qual não pode mais ser deixado à mercê de interesses que não os de melhoria da vida do povo brasileiro.

Engenheiro Murilo Pinheiro



Saques em várias cidades da Argentina são instigados pelo candidato Milei, afirmam centrais sindicais

As principais lideranças sindicais e do movimento organizado de Matanzas, com cerca de dois milhões de habitantes na província de Buenos Aires, lançaram um manifesto nesta quarta-feira (23) denunciando a “intencionalidade política” da onda de “ataques criminosos” ocorridos contra o comércio na Argentina visando desgastar a gestão de Alberto Fernández e Cristina Kirchner.

“Frente à pobreza, à injustiça e à desigualdade a que nos querem submeter desde grupos concentrados de poder, a resposta deve ser sempre a organização coletiva”, aponta o documento assinado pelas regionais da Confederação Geral de Trabalho (CGT), da Central Autónoma de Trabajadores (CTA), da CTA-Autónoma e por 62 organizações peronistas.

De acordo com as entidades, “perturbar a paz social através da divulgação de fatos que nos remetem ao passado só tem uma intenção política: enfraquecer a estabilidade democrática”. Ao mesmo tempo, sublinham que “a utilização das redes sociais para produzir ‘Fake News’ e falsas denúncias mostram que pretendem desestabilizar o atual governo e todo o sistema democrático, impondo o medo ao povo”.

As armações que circularam pelo país, em mensagens quase rastreadas, relataram saques que até o momento não haviam existido – ou que sequer chegaram a ocorrer. Avisos pelo WhatsApp semeavam o medo: “vizinhos, perto e cuidado, eles vão vir saquear, já começaram...”. As redes sociais despejavam imagens falsas, até mesmo de outros países, como se ocorridas “recentemente”. Outras, como uma “profecia autorrealizável e bem temperada”, como denunciou o jornal Página12, mostravam lojas atacadas com danos de diferentes magnitudes – 94 pessoas presas na Grande Buenos Aires, uma delas ferida com arma de fogo. Tudo para ser temperado pelos conglomerados midiáticos, repetindo à exaustão, com um “Mapa dos saques na Argentina”.

Diante da intensidade das provocações, as entidades também observaram e expressam a sua solidariedade às vítimas dos ataques e exigem “que as autoridades correspondentes realizem investigações para encontrar os responsáveis por estes acontecimentos”.

A porta-voz presidencial, Gabriela Cerruti, denunciou o candidato do “La Libertad Avanza”, o neofascista Javier Milei, como o instigador. Num vídeo publicado no TikTok, Cerruti condenou a “operação armada pelo povo de Javier Milei”, que “visa gerar desestabilização, gerar incerteza e ir contra a democracia”. “Se houver criminosos, irão para a cadeia. E se houver desestabilizadores e golpistas, terão a resposta de toda a sociedade que os repudia”, acrescentou.

O ministro da Segurança Nacional, Aníbal Fernández, acrescentou que os ataques “não são espontâneos” e anunciou a criação de um comando unificado para sua investigação.

“Acreditamos que há uma intenção política de chegarmos às eleições de outubro com um ambiente muito convulsivo e que as pessoas sejam impedidas de votar com calma”, afirmou Beto Galeano, chefe da CTA Autónoma de La Matanza, reiterando a necessidade de “alertar” sobre os fatos para que “sejam tomadas as medidas correspondentes”. “Esperamos que as próximas reivindicações sejam para melhorar a situação. Temos que trabalhar para convencer as pessoas de que isso não acontecerá, mas, se acontecer, vão nos encontrar unidos e organizados para dar o devido combate”, concluiu.

Trabalhadores uruguaios param contra o arrocho e ataque aos direitos trabalhistas

Os sindicatos uruguaios reunidos na central unificada denominada Plenária Intersindical dos Trabalhadores – Convenção Nacional dos Trabalhadores (PIT-CNT), realizaram nesta terça-feira (22) uma paralisação parcial de quatro horas com uma grande mobilização, na qual reivindicaram a redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais, a defesa do trabalho e dos salários, dos direitos à habitação, à saúde e à educação pública, a denúncia da fome e da precarização do trabalho, a defesa das empresas públicas, contra o seu desmantelamento e a alienação do patrimônio do Estado.

“Desafiamos o debate público que é necessário para que o nosso povo tenha todos os fundamentos claros daquela que consideramos ser a principal lei laboral a aprovar no futuro imediato”, afirmou o presidente do PIT-CNT, Marcelo Abdala, durante discurso que fez aos milhares de trabalhadores que se mobilizaram e depois se reuniram em frente ao Ministério da Economia e Finanças do país sul-americano, condenando a reforma das pensões do governo de Lacalle Pou e que foi aprovada pela coligação que o sustenta no Parlamento.

“Queremos que se torne lei, como a lei laboral mais importante deste século XXI a redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas semanais”, disse o presidente da central sindical, que desafiou os partidos políticos a aprovarem legislação a este respeito.

“A reforma é o modo mais brutal de ataque aos direitos e rendimentos da grande maioria do povo trabalhador”, denunciou, reafirmando a decisão tomada pela direção da PIT-CNT de submeter a reforma a referendo, a uma consulta popular. No caso de se juntarem as assinaturas necessárias, a consulta teria lugar, em princípio, na mesma data das próximas eleições gerais, marcadas para Outubro do próximo ano.

O líder sindical se referiu também às mudanças na Segurança Social e à reforma no setor da Educação articulada pelo governo.

A Avenida Libertador, em Montevidéu, «foi pequena», disse ao destacar a enorme adesão à mobilização, que reuniu um amplo tecido social «que não se resigna a ver como uns quantos enriquecem, aumentam o seu patrimônio de forma obscena». «Haverá um antes e um depois da mobilização», frisou o secretário-geral do PIT-CNT no final.

Leia matéria na íntegra em: www.horadopovo.com.br

Trump é preso e fichado, por tentar fraudar a eleição norte-americana



Trump, com símbolo da prisão de Atlanta ao fundo, tirada durante seu fichamento

Novos documentos detalham como Washington participou em cada passo do golpe contra Allende

Documentos só agora revelados pelo governo dos Estados Unidos comprovam que, além de estimular e financiar o sangrento golpe contra o presidente Salvador Allende, com a participação da CIA, o então presidente Nixon acompanhou de perto o desenrolar do golpe contra o líder popular chileno em 1970.

Dois trechos de relatórios divulgados nas últimas horas, vinculados ao golpe de Estado promovido pelos EUA contra a democracia e a soberania chilena, confirmam que a Casa Branca sabia de antemão os planos para a derrubada de Allende em setembro de 1973, quando o Palácio de La Moneda foi bombardeado. O material reforça a afirmação do conjunto de documentos já desclassificados com o título de “A opção extrema: derrubar Allende”, que inclui memorandos dos funcionários envolvidos, incluindo o então diretor da CIA, Richard Helms.

Conforme já havia sido estampado pelo documentário ‘El Diario de Agustín’, um dos instrumentos de propaganda contra o governo Allende foi o Mercurio, maior jornal do país, que depois de uma reunião secreta do seu proprietário, Agustín Edwards Eastman, com o presidente Richard Nixon (1969-1974) recebeu US\$ 2 milhões através de organizações ligadas à CIA.

Segundo o documentário, após sair da Casa Branca, o megaempresário se resguardou em Miami, retornando ao Chile assim que instalou o terrorismo de Estado que custou mais de três mil vidas, entre assassinatos e “desaparecidos” opositoristas.

Ao aproximar-se o 50º aniversário do golpe, o Departamento de Estado publicou outro lote dos informes diários recebidos por Nixon elaborados pelos “serviços de inteligência” norte-americanos naquele momento sobre a situação no Chile.

No primeiro, de 8 de setembro de 1973, aponta para a proximidade da “possível tentativa de golpe” contra Allende, e o segundo já assinala que várias “unidades militares chave” estão apoiando a

Fracassou estratégia da OTAN de “armar Kiev e quebrar a Rússia”, diz ex-premiê italiano

As tentativas da OTAN de infligir a derrota à Rússia no conflito da Ucrânia erraram completamente o alvo, enquanto Moscou continua firme em meio à contraofensiva vacilante de Kiev e às sanções ocidentais, disse o ex-primeiro-ministro italiano Giuseppe Conte no sábado (26).

O líder do partido Movimento Cinco Estrelas observou que o ano e meio de hostilidades entre Moscou e Kiev mostrou que era hora de “deixar de lado as avaliações otimistas... alimentadas por uma propaganda de guerra superficial e também ensurdecadora” no Ocidente.

O ex-primeiro-ministro, que ocupou o cargo de 2018 a 2021, apelou repetidamente a negociações de paz entre os beligerantes na Ucrânia, ao mesmo tempo em que se opôs a novas entregas de armas a Kiev, advertindo contra uma escalada.

Para Conte, a estratégia do



Sede do governo chileno sob bombardeio no golpe derrubado.

Os documentos avaliam que Allende considerava que seus apoiadores não possuíam armas suficientes para um enfrentamento e que estava “preocupado pelas pressões da oposição e, em especial, pelas intenções do Exército”. Os serviços de inteligência assinalaram a data e a hora em que os “setores chave” militares estariam no golpe, mas que estes poderiam não ter “um plano efetivo e coordenado para aproveitar a extensa oposição civil” ao governo chileno.

“O presidente Allende, por sua parte, ainda tem esperanças de que postergar uma decisão evite o conflito”, conclui o relatório.

No mesmo 11 de setembro as Forças Armadas do Chile, sob o comando do general Augusto Pinochet, bombardearam o palácio de governo e mataram Allende, iniciando uma ditadura que durou 17 anos de servilismo aos Estados Unidos.

“50 anos depois do golpe militar, a desclassificação dos arquivos desta documentação promove a busca da verdade e reforça o compromisso dos nossos países com os valores democráticos, porque a democracia é memória e é também o futuro”, afirmou a subsecretária de Relações Exteriores do Chile, Gloria de la Fuente, tentando borrar as evidências de que o papel dos EUA na América Latina foi exatamente na direção oposta, ou seja, de apoio aos golpes antidemocráticos.

A ministra do Interior, Carolina Tohá, ressaltou o significado da desclassificação dos arquivos. “O que estava acontecendo no Chile era visto como um fator estratégico para o

bloco militar liderado pelos EUA, que até agora se baseou na ajuda militar maciça a Kiev e na “lógica da escalada”, não levou ao esperado declínio dos militares russos. Ele lembrou que a Ucrânia nunca conseguiu expulsar as forças russas de Artiomovsk (conhecida na Ucrânia como Bakhmut), um reduto importante do Donbass que a Rússia capturou em maio, após meses de intensos combates.

“Não houve desintegração dos departamentos militares e paramilitares [da Rússia], não houve recuo devido à contraofensiva ucraniana”, sublinhou o ex-primeiro-ministro, acrescentando que as esperanças ocidentais de turbulência política interna no país também não se concretizaram.

Entretanto, as duras sanções impostas pelo Ocidente à Rússia “não a levaram à falência nem paralisaram a sua economia”, continuou Conte, observando

planeta e nós como país temente, portanto, a obrigação baseada no que vivemos, de tirar lições, de aprender, de não repetir erros, de não repetir horrores como esses que ocorreu naquela época”, acrescentou.

“Esses documentos registram o objetivo deliberado das autoridades americanas de minar a capacidade de Allende para governar e de derrubá-lo para que não pudesse estabelecer um modelo bem-sucedido e atraente de mudança estrutural que outros países poderiam seguir”, declarou Peter Kornbluh, analista sênior encarregado do Chile no Arquivo de Segurança Nacional, uma ONG com sede em Washington que analisa os documentos desclassificados pelos EUA.

No dia 9 deste mês, a Câmara dos Deputados do Chile aprovou um pedido ao presidente Gabriel Boric para instruir o Ministério das Relações Exteriores a tomar medidas para acessar a história secreta dos Estados Unidos sobre a sua intervenção antes e durante o golpe. A exigência, promovida por parlamentares da Convergência Social (oficialista), foi aprovada por ampla maioria, com 125 votos a favor, dois contra e sete abstenções.

“O que a direita está fazendo em nosso país é uma atitude miserável e um retrocesso em relação ao pinochetismo, e lamentamos porque é uma direita diferente da de 40 anos”, enfatizou o líder da bancada do Partido Socialista, Daniel Manouchehri, denunciando que “passaram novamente de cúmplices passivos a este golpismo e a uma posição miserável”.

Três anos depois de tentar fraudar as eleições, Trump é preso por 20 minutos e sai após pagamento de fiança

O ex-presidente Donald Trump deixou a prisão na cidade de Atlanta após ser fichado, incluindo a foto com o símbolo da prisão ao fundo, e tendo pago a fiança de US\$ 200 mil (equivalente a mais de R\$ 1 milhão).

Trump responde a 13 acusações, somente pela promoção da Geórgia, Fai Willis. No total as acusações criminais – que vão desde fraude tributária a tentativa de fraude eleitoral nas eleições de 2020 – já ultrapassam as 90.

Também se entregaram dia 22 John Eastman, ex-advogado de Trump, e Scott Hall, analista de pesquisas eleitorais republicano, sob acusações de participação nas tentativas de fraude.

Compareceram à cadeia, na quarta-feira (23), também para fichamento, dois dos seus principais advogados, Rudy Giuliani e Sidney Powell. Para poderem responder em liberdade, Rudy aceitou pagar US\$ 150 mil em fiança e Sidney US\$ 100 mil. No mesmo dia, Kenneth Chesebro, que arquitetou a trama de Trump de que havia “eleitores falsos”, se rendeu.

Em meio a uma mudança repentina da sua equipe jurídica, os indiciamentos ocorrem logo após o debate presidencial de quarta-feira em Milwaukee envolvendo seus principais rivais à indicação republicana de 2024.

Debate no qual Trump não participou. Até o momento, apesar dos enormes – e crescentes – problemas a Justiça, se mantém candidato à indicação do Partido Republicano como candidato.

Já na lista de acusações federais na Flórida e em Washington, o líder republicano foi indiciado este mês em Atlanta junto a outras 18 pessoas, incluindo seu ex-chefe de gabinete, Mark

Organizações norte-americanas exigem fim às atrocidades contra imigrantes na fronteira dos EUA

108 entidades de defesa dos direitos humanos, exigiram ao governo do presidente Joe Biden que “tome medidas decisivas para condenar” e que o governo federal dos EUA “deixe de participar” na “Operação Estrela Solitária” (Lone Star), como é denominada a criminosa campanha anti-imigrante lançada em 2021 pelo governador republicano do Texas, Greg Abbott.

O portal Common Dreams destacou, nesta sexta-feira (25), a carta ao secretário de Segurança Nacional dos EUA, Alejandro Mayorkas, dirigida também a funcionários do Escritório de Alfândegas e Proteção de Fronteiras (CBP) e do Serviço de Imigração e Fiscalização Aduaneira (ICE), as organizações sociais pediram “investigar e encerrar qualquer colaboração” entre as agências do Departamento de Segurança Nacional (DHS) e a Operação Estrela Solitária.

“Nos dois anos desde que o Texas iniciou essa Operação, apelamos repetidamente ao DHS e ao CBP para cessarem todas as formas de cooperação com esse programa”, afirma a carta, informando que, “no entanto, até hoje as suas agências não desautorizaram o programa nem reconheceram os profundos danos da aplicação da lei na operação racista e ilegal no Texas”.

MEDIDAS CRUEIS

A inação federal encorajou os agentes do Texas a empregar táticas de aplicação da lei cada vez mais desumanas, cruéis e

Meadows, e o ex-prefeito de Nova Iorque, Rudy Giuliani, acusado de extorsão para a finalidade da fraude eleitoral.

A acusação comprovou que “Trump e os outros réus citados se recusaram a aceitar que ele perdeu e, consciente e voluntariamente, se juntaram a uma conspiração para mudar ilegalmente o resultado da eleição em favor” do ex-presidente. “Essa conspiração continha plano e propósito comuns de cometer dois ou mais atos de extorsão no condado de Fulton, na Geórgia, em outras partes do Estado da Geórgia e em outros Estados”, acrescentou a promotora.

Conforme o que foi desvendado, Trump convocou o secretário de Estado da Geórgia, Brad Raffensperger, a “encontrar” quase 12 mil votos para colocá-lo na frente de Joe Biden, demonstrando qual a disposição do então presidente para reverter sua derrota no Estado. A Promotora descobriu que a armação foi feita por meio de um telefonema em janeiro de 2012.

O fato do Estado da Geórgia estar, à época, sob controle republicano (Legislativo e Executivo) fez o Estado ser dos maiores alvos de Trump.

Nos EUA, condenações como a que levou Trump ao fichamento em uma prisão, não o tornam inelegível.

Em meio à ampla lista de acusações, o ex-presidente é réu em processos como o da Justiça estadual de Nova Iorque, mediante o qual é acusado de disfarçar na contabilidade de seu grupo empresarial o pagamento de US\$ 130 mil para a ex-atriz pornográfica Stormy Daniels. Ela teria recebido o montante para silenciar, durante sua campanha presidencial de 2016, sobre um caso extracônjugal de Trump com ela.

Como observou o Projeto Nacional de Migração – organização que liderou a carta –, essas táticas incluem “empurrar as pessoas de volta para o Rio Bravo, negar água aos migrantes em condições de calor extremo e instalar boias e arame farpado ao longo do rio de forma a colocar em risco suas vidas”.

Como observou o Projeto Nacional de Migração – organização que liderou a carta –, essas táticas incluem “empurrar as pessoas de volta para o Rio Bravo, negar água aos migrantes em condições de calor extremo e instalar boias e arame farpado ao longo do rio de forma a colocar em risco suas vidas”.

TÁTICAS FATAIS

A diretora executiva do Projeto, Sirene Shebaya, declarou que “nos últimos meses vimos o governador Greg Abbott empregar táticas novas, mais perigosas e mortais como parte de sua ilegal Operação Estrela Solitária”.

“O governo federal tem a responsabilidade clara de não apenas cessar a colaboração com as autoridades do Texas na Operação, como também de reverter esta crueldade impensável”, assinalou a diretora Sirene.

“Se não forem controladas, estas políticas odiosas e esse tratamento desumano só continuarão a aumentar”, frisou Shebaya. “Como organização nacional, continuaremos a trabalhar com os nossos membros e parceiros no Texas e em todo o país para acabar com estes horribéis abusos dos direitos civis e humanos”, conclui o documento.

Índia é o primeiro país a pousar uma nave no polo sul da Lua

A Índia se torna a primeira nação no mundo a pousar com sucesso uma espaçonave no polo sul da Lua, a Chandrayaan-3, uma grande conquista para a ciência indiana e para os BRICS, cuja cúpula ocorre em Johannesburg. O pouso ocorreu por volta das 9h33 desta quarta-feira (23), horário de Brasília.

“A Índia conseguiu pousar com sucesso. A Índia está na Lua. Estamos na Lua”, festejou a Organização de Pesquisa Espacial Indiana (ISRO).

“Este é um momento sem precedentes. Este é o momento para uma nova Índia em desenvolvimento”, comemorou Narendra Modi, primeiro-ministro do país, que ingressou na sede de controle da missão virtualmente desde a África do Sul, onde participa da cúpula do BRICS.

“A bem-sucedida missão lunar da Índia não é só da Índia... Este sucesso pertence a toda a humanidade”, acrescentou Modi. O pouso bem-sucedido faz da Índia o quarto país a chegar à Lua, depois dos Estados Unidos, da União Soviética e da República Popular da China.

A missão lunar indiana foi lançada em 14 de julho e entrou na órbita lunar em 5 de agosto. O módulo de pouso Vikram separou-se da estação em 17 de agosto, que realizara anteriormente duas manobras para diminuir sua órbita. Vikram trouxe um rover chamado Pragyan com uma duração de bateria de 14 dias terrestres ou um dia lunar.

A corrida ao Pólo Sul lunar se deve à descoberta anterior de sinais de depósitos de gelo de água na região, ao mesmo tempo em que, por estar do ‘lado oculto’, é constantemente iluminado pelo Sol, o que significa que painéis solares podem ser colocados ali para gerar energia para futuras missões e pode ser obtido oxigênio e hidrogênio a partir dos depósitos de água.

“Ainda precisamos de muito mais detalhes sobre onde e quanto de água existe, e saber se toda ela está congelada”, disse à BBC Akash Sinha, professor de robótica espacial na Universidade Shiv Nadar University, perto de Delhi.

Acredita-se que a água tenha chegado à Lua por meio de cometas, portanto, ao analisá-la, os cientistas poderiam “descobrir algo novo sobre a história da Lua, bem como as leis fundamentais do Universo”, explicou o cientista russo Aleksandr Bloshenko.

No domingo (20), a missão Luna-25 da Rússia saiu de controle e se chocou contra a Lua. Em abril deste ano, o Japão tentou enviar a sonda ispace, mas perdeu a comunicação minutos antes de completar o pouso. A agência espacial russa Roscosmos parabenizou a Índia pelo sucesso do pouso da espaçonave Chandrayaan-3 na Lua. “A exploração da Lua é importante para toda a humanidade, no futuro ela pode se tornar uma plataforma para a exploração do espaço profundo”, disse a Roscosmos em um comunicado.

A Sputnik Índia, o cientista TV Venkateswaran, do Departamento de Ciência e Tecnologia de Vigyan Prasar, disse que o Vikram “ousou com sucesso na cratera lunar Agora, a estação ISRO está recebendo sinais do módulo. Vikram tem um sensor ativo que envia sinais para a Terra.”

“Temos que esperar pelas fotos por um tempo, pois após o pouso haverá poeira e, assim que a poeira baixar, o Pragyan Rover clicará na foto de Vikram e, em seguida, Vikram tirará uma foto de Pragyan.”

A exploração da superfície das regiões polares da Lua, compostas de rochas e solo, também pode dar respostas sobre a formação do Sistema Solar.

A confirmação da existência de água é fundamental para a definição dos programas de estabelecimento de bases habitadas na Lua em fase de preparação.

OLHOS VOLTADOS PARA O CÉU

Milhões de indianos mantinham os olhos voltados para o céu para o pouso do Chandrayaan-3, com muitos mantendo os dedos cruzados ou orando, acrescentou a Sputnik. Orações e recitais foram realizados em várias partes do país, incluindo Nova Delhi, Calcutá, Mumbai e Varanasi. Universidades e instituições de ensino superior organizaram transmissões e assembleias para assistir ao pouso na lua ao vivo.

A Índia lançou três missões à Lua em 15 anos. O Chandrayaan-1 foi lançado em 2008, com 11 instrumentos científicos e orbitou a Lua a uma altura de 100 km para mapeamento químico, mineralógico e fotogeológico. Depois de completar todos os objetivos primários da missão com sucesso, a órbita foi elevada para 200 km em maio de 2009. No entanto, a comunicação com Chandrayaan-1 foi perdida em agosto de 2009, mas a missão atingiu 95% de seus objetivos.

(via AFP)



Pouso da nave indiana em solo lunar

BRICS recebe Argentina, Arábia Saudita, Emirados Árabes, Irã, Egito e Etiópia



Em Joanesburgo, líderes do Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul comemoram ampliação do bloco durante a realização da XV Cúpula do BRICS

Rússia comemora 80 anos da vitória soviética em Kursk, que quebrou a iniciativa nazista

Em meio à guerra por procuração dos EUA/OTAN contra a Rússia na Ucrânia, a Rússia comemorou no dia 23 os 80 anos da decisiva vitória na batalha de Kursk, a maior batalha de tanques da história, cujo significado, nas palavras do presidente Vladimir Putin, “não pode ser subestimado: ela destruiu, incinerou o poder de ataque dos nazistas, completou o ponto de virada de toda a Segunda Guerra Mundial”.

“Hitler planejou se vingar de Stalingrado aqui, esperando pela força de suas divisões de tanques, pelas formações SS – que elas rompessem a frente e novamente lançassem uma avalanche para o leste”, apontou Putin, mas “foram recebidos com resistência férrea dos nossos soldados e comandantes, combatentes do Exército Vermelho endurecidos pela batalha”.

“O ataque nazista falhou. Eles foram detidos e levados de volta ao seu colapso já inevitável, inevitável, porque nenhum ‘tigre’, ‘pantera’ e outros espíritos malignos, outras ‘bestas-feras’, poderiam quebrar a força de espírito do soldado soviético”, sublinhou o presidente russo.

“A Batalha de Kursk durou quase dois meses. Seu evento principal foi uma batalha de tanques em grande escala perto de Prokhorovka. Lá, centenas de tanques convergiram para um setor estreito da frente. O chão estava literalmente pegando fogo embaixo deles”.

“Nunca esqueceremos quão ferozmente os tanquistas, a infantaria, os pilotos, os sapadores, os artilheiros, todos os que lutaram pela vitória no Arco de Fogo esmagaram o inimigo. Entre eles estavam moradores de aldeias próximas, mulheres, adolescentes, que também fizeram o que parecia impossível. Em quase um mês, sob fogo inimigo, construíram 95 quilômetros de ferrovia, e a entrega de equipamento militar e munições ao campo de batalha tornou-se duas vezes mais rápida”, relatou Putin.

Ao iniciar a comemoração, Putin felicitou “todos os cidadãos da Rússia” e, em primeiro lugar, “nossos queridos veteranos e, claro, com um sentimento especial – os residentes das regiões de Kursk, Belgorod, Oryol e Voronezh”.

“Foi nestes territórios, nos seus inúmeros campos, florestas, elevações, que aconteceram as batalhas do heroico Arco de Fogo, que permanecerá para sempre um dos pináculos da grande façanha nacional”. Em sua homenagem – ele acrescentou –, aqui, na aldeia de Ponyri, é inaugurado um grandioso memorial Batalha de Kursk.

PROKHOROVKA

Kursk fica a cerca de 450 km a sudoeste de Moscou e conta atualmente com 500 mil habitantes. A Batalha de Kursk, também conhecida como a Batalha do Saliente de Kursk, durou 50 dias, de 5 de Julho a 23 de Agosto de 1943. Em torno desta cidade, entre as forças armadas da Alemanha nazista – apoiadas por tropas da Itália fascista de Mussolini e dos países dominados pela Alemanha – e as forças

armadas da União Soviética, que tinha sido invadida pela Alemanha em 22 de Junho de 1941.

Kursk foi a batalha que confirmou a virada estratégica da guerra na Frente Leste entre a Alemanha hitlerista e a União Soviética, iniciada com a vitória em Stalingrado e rendição do general von Paulus.

O confronto de Prokhorovka a que Putin se referiu ocorreu em 12 Julho de 1943, envolvendo o maior número de tanques da história, 600 de cada lado, segundo o relato do marechal Vassilievsky, que no relatório de 14 de julho de 1943 para o Comandante Supremo Stalin diz sobre o “combate titânico”: após uma hora de confronto “o terreno ficou coberto de tanques em fogo”.

STALINGRADO

Depois da derrota da Wehrmacht em Stalingrado em 2 de fevereiro de 1943, o Exército Vermelho empurrou para oeste as forças invasoras, fazendo um saliente de cerca de 400 km de largura em torno da cidade de Kursk, numa linha de frente geral de perto de 2.000 km, desde Leningrado ao Norte, na margem do mar Báltico, até ao Mar Negro, no Sul da Rússia.

Para a “Operação Cidadaela”, a Alemanha de Hitler reuniu 900.000 combatentes, o maior número de forças terrestres e aéreas de que podia dispor, na expectativa de cercar e dizimar o conjunto de exércitos soviéticos concentrados no saliente de Kursk, cujos efetivos ascendiam a 1.000.000 de combatentes, visando reverter o rumo da guerra demarcado em Stalingrado.

Incluindo as reservas, participaram ao longo da batalha, pelo lado nazi, 1.514.000 militares e do lado soviético 2.640.000. As forças envolvidas ultrapassaram, assim, os 4 milhões de combatentes.

Do lado soviético, a coordenação geral das frentes no terreno era feita pelo Marechal Jukov, adjunto de Stalin, e pelo marechal Vassilievski, chefe do Estado Maior General do Exército Vermelho. Vassilievski considerou que esta batalha se desdobrava em três grandes operações estratégicas: a operação defensiva perante o ataque alemão e, como resposta, a operação ofensiva do Exército Vermelho na direção da cidade de Orel, a norte de Kursk, e a operação ofensiva que tem como primeiro alvo as cidades de Belgorod e Kharkov, a sul do Saliente.

O ataque alemão foi concebido como um ataque em tenaz, para cercar e aniquilar a concentração de forças soviéticas no interior do Saliente. A partir do norte, pelo Grupo de Exércitos Centro, numa frente de 50 km, comandados pelo marechal de campo Kluge, em 5 de Julho, a que se opôs a

Frente Central dos exércitos soviéticos comandada pelo general Rokossovski, vitorioso a 10 de Julho.

A partir do Sul, em simultâneo, numa frente de 80 km, pelo grupo de Exércitos comandados pelo marechal alemão Manstein a que se opôs vitoriosamente o marechal Vatutin no comando da Frente de Voronezh.

A Batalha de Kursk foi a primeira vez na Segunda Guerra Mundial em que uma ofensiva estratégica alemã foi frustrada antes que as linhas do inimigo fossem rompidas. Os alemães não avançaram mais do que 8-12 km no norte e 35 km no sul. Os soviéticos haviam estendido suas linhas de defesa por mais de 300 km em profundidade, que incluíam campos minados, fortificações, zonas de artilharia e pontos de armas anti-tanques bem estabelecidas, e preparado forças de reserva.

Em última instância, a batalha estava decidindo a sorte da Alemanha nazista. Com a vitória no Saliente de Kursk, o Exército Vermelho ganha, sem mais a perder, a iniciativa estratégica rumo a Berlim, confirmando os resultados da vitória de Stalingrado, ao fim de dois duríssimos anos, iniciados com a invasão alemã, em 22 de Junho de 1941.

Enquanto a Batalha de Kursk foi decidida em 50 dias, foram sete meses de combate em Stalingrado e em Moscou, e dois anos de cerco e batalha de Leningrado, que continuaria até 1944.

Na URSS, de Junho de 1941 a Junho de 1943, a Alemanha hitlerista perdeu 4.130.000 homens entre mortos, feridos, doentes e desaparecidos. Foram mortos mais de 1.000.000 de alemães, romenos e italianos. 72% das forças de Hitler estavam na frente oriental.

No verão de 1943, as tropas de Hitler atingem os 10.300.000 combatentes, dos quais 6.682.000 em campanha e, destes, 4.800.000 na frente oriental; mais meio milhão de soldados dos países subjulgados. Registre-se que, para atingir esse máximo de forças, Hitler mobilizou em 21 de Janeiro de 1943 todos os alemães dos 16 aos 65 anos de idade, enquanto 6.300.000 operários estrangeiros e prisioneiros de guerra eram submetidos a trabalho forçado na Alemanha para manter a economia de guerra.

Em tempo: na muito badalada batalha de El Alamein, de 23 de outubro a 2 de novembro de 1942, o total de combatentes envolvidos dos dois lados foi de 310 mil – menos de 10% das forças que se confrontaram em Kursk.

CONDECORADOS

Em sua ida a Kursk, “a lendária terra de Kursk”, como se referiu o presidente Putin, o líder russo fez a entrega aos “nossos heróis”, os militantes participantes da operação militar especial [...]

Leia a íntegra no site do HP

“Com a incorporação dos novos países, o BRICS passará a reunir 36% do PIB mundial e 46% da população”, afirma o presidente Lula ao saudar a incorporação

A cúpula dos BRICS (bloco inicialmente formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) foi encerrada em Joanesburgo, na madrugada desta quinta-feira (24), com a incorporação, a partir de 1º de janeiro de 2024, de seis novos países: Argentina, Irã, Arábia Saudita, Etiópia, Egito e Emirados Árabes Unidos. Ao final da cúpula, na cidade sul-africana, os membros também aprovaram uma resolução para estudar a criação de uma nova moeda de pagamento comum em contraposição à moeda estadunidense.

Com a significativa incorporação, ressaltou o governo brasileiro, “os BRICS passarão a representar 36% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial e 46% da população”. A “relevância” do bloco, acrescentou o presidente Lula, “é confirmada pelo crescente interesse demonstrado por outros países em ingressar no grupo”.

Ao todo, 67 países manifestaram interesse em aderir à organização, que visa se contrapor à hegemonia do G7 (conformado por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido) nos assuntos mundiais, informou o presidente da África do Sul, Cyril Ramaphosa. O líder africano informou que, desses, 22 já solicitaram formalmente sua adesão ao bloco, incluindo Argélia, Bangladesh, Bielorrússia, Cuba, Marrocos, Nigéria e Venezuela. Sobre o peso da iniciativa, basta ver que a participação se sobrepõe à do G7 no PIB mundial, que é de 33%.

Na declaração final, os países do Brics manifestaram sua posição em defesa de uma reforma das Nações Unidas, a fim de tornar a instituição mais “democrática, representativa, efetiva e eficiente”. Entre as medidas adotadas, propõem, o aumento da “representação dos países em desenvolvimento na composição do conselho para que ele possa responder adequadamente aos desafios predominantes globais”.

O documento também manifesta apoio às “aspirações legítimas de países

Economia da Alemanha estagnou no segundo trimestre com PIB(0%)

A economia da Alemanha estagnou no segundo trimestre (2º trimestre) de 2023, com 0% de crescimento em comparação com o trimestre anterior, de acordo com resultados confirmados publicados pelo Departamento Federal de Estatística (Destatis) na sexta-feira (25). Nos dois trimestres anteriores, o país estava abertamente em recessão.

O consumo privado parou de cair após a curta recessão nos meses de Inverno. As despesas de consumo final do governo também “recuperaram após algumas quedas notáveis” e aumentaram ligeiramente em 0,1%. Ou seja, estagnou também.

“A dinâmica vem principalmente do consumo, tanto privado como público”, disse Axel Lindner, vice-chefe do Departamento de Macroeconomia do Instituto Halle de Pesquisa Econômica (IWH), à Xinhua na sexta-feira.

No entanto, os preços persistentemente elevados continuaram a ter um “efeito perceptível na comparação anual”, observou Destatis. No consumo privado, isso se refletiu sobretudo na redução das despesas com alimentação e bebidas e em serviços de restaurantes e alojamento.

Os consumidores alemães há muito que sentem a difícil situação econômica, observa a Xinhua. De acordo com a Associação Alemã de

emergentes e em desenvolvimento da África, Ásia e América Latina, inclusive Brasil, Índia e África do Sul, de desempenharem um papel maior nos assuntos internacionais, particularmente nas Nações Unidas, inclusive no Conselho de Segurança”.

O presidente de China, Xi Jinping, destacou a relevância da decisão que “permite que mais países se juntem à família BRICS para reunir sabedoria e esforços para tornar a governança global mais justa e equitativa”. Xi lembrou também que, além de uma nova moeda comum, os países do BRICS concordaram em lançar um grupo de estudo sobre inteligência artificial e expandir ainda mais a cooperação nesta matéria, incluindo o fortalecimento da partilha de informações e da cooperação técnica.

“Nossa diversidade fortalece a luta por uma nova ordem, que acomoda a pluralidade econômica, geográfica e política do século 21”, frisou o presidente Lula, fazendo uma deferência especial aos “nossos irmãos da Argentina”. Com uma política industrial, reforçou, o país vizinho “tem que crescer junto conosco, que temos poder de compra”.

O presidente da Argentina, Alberto Fernández, disse que “fazer parte dos BRICS nos fortalece em relações fecundas, autônomas e diversificadas” e considerou que ser membro desta aliança “abre um novo cenário para o país, que passa a ser protagonista de um destino comum num bloco que representa quase metade da população mundial”. “E um objetivo coerente com a nossa busca de projetar o nosso país como um interlocutor chave e um potencial articulador de consensos em colaboração com outras nações. A Argentina foi, e será um país integracionista”, apontou.

Ao final desta quinta-feira, o líder brasileiro embarcará para Luanda (Angola). O presidente encerra sua viagem ao continente africano no domingo, após participar de um encontro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Varejo (HDE), o sentimento do consumidor em agosto manteve-se num nível baixo. “O consumo não será um grande apoio para a economia num futuro próximo”, alertou recentemente.

A maior economia da Europa também sofre com a fraca demanda internacional. As importações de bens e serviços estagnaram no segundo trimestre, enquanto as exportações caíram 1,1% em comparação com o trimestre anterior, segundo dados oficiais.

“Embora a atividade de investimento tenha expandido moderadamente, a diminuição das exportações segue uma tendência decrescente preocupante”, disse Lindner, sublinhando que as exportações também foram agora mais baixas do que há um ano.

O sentimento entre os gestores alemães “obscureceu ainda mais”, disse o Instituto de Pesquisa Econômica (IFO) na sexta-feira. O Índice de Clima de Negócios teve a quarta queda consecutiva, recuando de 87,4 pontos em julho para 85,7 pontos em agosto. O nível mais baixo desde agosto de 2020. Além disso, as empresas tinham uma visão mais pessimista em relação aos próximos meses. “A economia alemã ainda não está fora de perigo”, afirmou o instituto.

Leia mais no site do HP

O que significou o aumento de preços pela Petrobrás?

Foto: Marcello Casal Jr. - Agência Brasil

A Petrobrás tem que “reassumir o papel de garantidora do suprimento de combustíveis do país” para enfrentar as “campanhas difamatórias e de boicotes de importadores de combustíveis”, defende economista do Ibeps, Eric Dantas

O economista do Observatório Social do Petróleo (OSP) e do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (Ibeps), Eric Gil Dantas, alerta que contra as “campanhas difamatórias e de boicotes de importadores de combustíveis”, a Petrobrás tem que “reassumir o papel de garantidora do suprimento de combustíveis do país”.



Dantas, em artigo publicado no site do SindipetroSJC – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refino de Petróleo de São José dos Campos e Região, afirma que se a Petrobrás “não reassumir o total das importações (no curto prazo), assim como se não retomam os investimentos para expansão do parque de refino (no médio e longo prazo), o poder de barganha e de chantagem de

importadores e do mercado financeiro, invariavelmente, serão enormes para enquadrar não só a Petrobrás, mas toda a opinião pública, a favor de novos aumentos nos preços dos combustíveis e de retomada de uma política de preços que reproduza as necessidades dos mais ineficientes dos importadores brasileiros”.

Leia o artigo:



ERIC GIL DANTAS (*)

Como todos os leitores já sabem, a Petrobrás aumentou o preço da gasolina e diesel na semana passada em R\$ 0,41 e R\$ 0,78, respectivamente. Isto não ocorria desde janeiro deste ano para a gasolina e desde junho de 2022 para o diesel S-10. Mas não era este o comportamento esperado por muitos, dado o fim do PPI.

Para entendermos melhor o cenário e o que induziu a Petrobrás a elevar preços, tratamos neste artigo sobre a nova política de preços da Petrobrás e como a questão do desabastecimento e das importações é um tema chave para compreendermos o que ocorreu.

O QUE É A NOVA POLÍTICA DE PREÇOS?

No comunicado de 16 de maio de 2023, onde descrevia a nova política de preços, a Petrobrás afirmou que: “A estratégia comercial usa referências de mercado como: (a) o custo alternativo do cliente, como valor a ser priorizado na precificação, e (b) o valor marginal para a Petrobrás. O custo alternativo do cliente contempla as principais alternativas de suprimento, sejam fornecedores dos mesmos produtos ou de produtos substitutos, já o valor marginal para a Petrobrás é baseado no custo de oportunidade dadas as diversas alternativas para a companhia dentre elas, produção, importação e exportação do referido produto e/ou dos petróleos utilizados no refino”. Isto é, a própria descrição da nova política afirma que a estatal leva em conta o fator preços internacionais, o qual está especificado no ponto B. Tampouco seria verdade afirmar que ela considera o preço internacional como fazia o PPI, simplesmente a simulação de uma importação.

Para compreender o que de fato é a nova política de preços temos que olhar também para o ponto A. Nele a Petrobrás diz que ofertará preços melhores do que o da concorrência, o que de fato está acontecendo.

Como podemos ver no gráfico 1, após o fim do PPI

(17/05/2023) a Petrobrás vendeu sistematicamente a gasolina com preços abaixo da concorrência, muito mais do que no período anterior. De 1/12/2021, data do início da operação da primeira refinaria privada, até o fim do PPI (16/05/2023) a Petrobrás vendeu gasolina 4,6% abaixo da média da Acelen, Ream e 3R. Desde o início da nova política (17/05 a 21/08), esta média foi para 8,6%. E hoje, 21/08, está em 10,5%.

Para o diesel S-10 a diferença é ainda maior. Durante o período do PPI a Petrobrás vendeu o combustível 1,5% mais barato do que a concorrência. A partir da nova política, a média foi de um diesel 10,2% mais barato. Hoje a diferença está em 9%.

Mas como disse anteriormente, a Petrobrás também não repete o PPI. Utilizando-se dos dados da ABI-COM, temos que desde o dia 17/05/2023, a Petrobrás vendeu gasolina 13% abaixo do PPI e diesel s-10 12% abaixo do PPI. Para o dia, 21/08, a Petrobrás estaria com gasolina e diesel 11% e 13%, respectivamente, abaixo do PPI.

Em síntese, a nova política de preços da companhia está sim fazendo com que ela venda preços abaixo da concorrência e do PPI, mas isto não quer dizer que ela “abrasileirou” os preços, pois ainda mantém uma relevante conexão com preços internacionais. Mas é importante deixar claro que sempre abaixo do PPI.

A CHANTAGEM VIA IMPORTAÇÕES

Mas o que podemos enxergar nestas últimas semanas é que a pressão para que esta conexão não se perca está vindo de importadores de combustíveis e do mercado financeiro. É notório que a Petrobrás, ao subir os preços na semana passada, simplesmente cedeu à pressão destes dois agentes privados. Mas também é verdade que a pressão se deu também no campo material, com articulação de importadores, distribuidores e revendedores para dificultar a oferta do produto ao consumidor final. Apesar de não ter faltado sistematicamente nos postos, as distribuidoras e revendedoras tiveram um certo grau de dificuldade para garantir o diesel na bomba

(como a importação de gasolina é inferior a 10%, o poder de boicote é menor).

Ainda não temos dados oficiais para interpretar fielmente o que aconteceu. O que dá para saber é que sim, as importações de combustíveis em julho e agosto (para as três primeiras semanas) caíram 24% e 48%, respectivamente, quando comparado ao ano passado. Mas também é verdade que o Brasil produziu 6% a mais de gasolina e diesel no primeiro semestre deste ano se comparado ao mesmo período do ano anterior (o dado mais atualizado para isto ainda é o de junho/2023), o que diminuiria a necessidade de importação.

De qualquer forma, no curtíssimo prazo (sem considerar

aqui aumento de produção, expansão do parque de refino ou reestatização de ativos no refino e distribuição) a Petrobrás só terá plena liberdade para cobrar os preços que ela quer e pode, sem que seja vítima de campanhas difamatórias e de boicotes de importadores, se ela reassumir o papel de garantidora do suprimento de combustíveis do país, importando aquilo que não consiga produzir.

Isso é indiscutivelmente a melhor fórmula para a economia brasileira. As privatizações e desorganizações feitas no setor de petróleo e gás tiveram por objetivo, dentre várias outras coisas, retirar poder de mercado da Petrobrás. Se o programa privatista fosse ainda mais exitoso e a

Petrobrás não tivesse mais um grande parque de refino, o “mercado” teria que escolher seus preços ótimos para que eles ofertassem seus produtos em todo o território nacional. Preços ótimos aqui seriam o que já estão ocorrendo no RN, BA e AM, isto é, preços 10% superiores ao da Petrobrás, e até mesmo superiores aos preços de importação. Hoje, por exemplo, a REAM está vendendo gasolina 30 centavos acima do PPI e o diesel S-10 20 centavos acima. Essa é a “eficiência” do mercado privado.

Não estou querendo isentar a direção da Petrobrás. A estatal cedeu, e não precisava ceder. Mas se ela não reassumir o total das importações (no curto prazo), assim como

se não retomar os investimentos para expansão do parque de refino (no médio e longo prazo), o poder de barganha e de chantagem de importadores e do mercado financeiro, invariavelmente, serão enormes para enquadrar não só a Petrobrás, mas toda a opinião pública, a favor de novos aumentos nos preços dos combustíveis e de retomada de uma política de preços que reproduza as necessidades dos mais ineficientes dos importadores brasileiros.

(*) Economista do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (Ibeps). Doutor em Ciência Política pela UFPR. Professor nas áreas de Economia, Ciência Política e Gestão Pública. Artigo publicado no Sindipetro-SJC

Gráfico 1 – Preço diário da Gasolina A vendida pela Petrobrás e a média das refinarias privadas (Acelen, Ream e 3R)
Fonte: Petrobrás; Acelen; Ream; 3



Gráfico 2 – Preço diário do Diesel S-10 A vendido pela Petrobrás e a média das refinarias privadas (Acelen e Ream)
Fonte: Petrobrás; Acelen; Ream

